



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### ACTA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2020 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA A VINTE E NOVE DE JULHO DE DOIS MIL VINTE

Acta nº 3/2020

Aprovada em 29/12 /2020

No dia vinte e nove de Julho de dois mil e vinte teve lugar na Antiga Igreja do Convento São Francisco a 3ª sessão ordinária de 2020, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

#### I – ABERTURA

**Informações do Presidente**

#### II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

**Intervenções dos Deputados Municipais.**

#### III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

**Intervenção do Presidente da Câmara**

**Grupos Políticos**

- 1. Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do exercício de 2019 do Município de Coimbra, nos termos da alínea l), do nº 2 do artº 25º, Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro - votação;**
- 2. Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Coimbra, nos termos do nº 4, do Decreto-Lei nº 23/2019 de 30 de Janeiro – votação.**
- 3. Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia de Ceira e de Torres do Mondego e nas Uniãoes de Freguesia de São Martinho de Árvore e Lamarosa bem como na de Taveiro, Ameal e Arzila - Ampliação de Cemitérios – votação.**

**Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:**

**Grupo Municipal Partido Socialista (PS):**

*Eleitos directos*

Luís Marinho, Ferreira da Silva, Isabel Vargues, Hernâni Caniço, Rosa Isabel, Luís Silva, Ângela Correia, Juvenal Sousa, Rui Claro, Isabel Garcia, José Dias e José Cortesão.

*Presidentes de Junta de Freguesia:* Horácio Costa, José Salgado, Paulo Cardoso, Diamantino Jorge, Fernando Abel, Manuel Veloso, Jorge Veloso, António Coelho, Fernando Santo, Joaquim Pereira e Arménio Ferraz.

**Grupo Municipal (PPD/PSD):**

*Eleitos directos*

José Rodeiro, Manuela Oliveira, Júlio Gaudêncio, Ana bela Ramos e Ana Gaudêncio

*Presidentes de Junta de Freguesia:* António Teodoro, José Simão, João Campos e Cristina Agreira.

**Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):**

*Eleitos directos*

Manuel Rocha, Filipa Malva, Victor Carvalho e Joana Dourado.

*Presidentes de Juntas de Freguesia:* António Lopes e Clara Almeida.

**Grupo Municipal Somos Coimbra (SC):**

*Eleitos directos*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

José Albino, João Aldeia, Carlos Silva e Daniela Sequeira.

**Presidente de Junta de Freguesia:** Rui Soares.

**Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):**

*Eleitos directos*

Helena Mendes e Lúcia Santos.

**Grupo Municipal “Cidadãos por Coimbra” (CpC):**

*Eleitos directos*

Graça Simões e Serafim Duarte.

**Deputado Municipal do PPM**

António Cabral Oliveira

**Presenças da Câmara Municipal**

Além do Presidente da Câmara, Manuel Machado e do Vice-Presidente Carlos Cidade, estiveram presentes os Vereadores, Regina Bento, Jorge Alves, Carina Gomes, José Silva, Ana Silva e Francisco Queirós.

**Mesa:**

Presidiu a sessão o Presidente da Assembleia Municipal Luís Marinho que foi secretariado por Francisco Andrade, como Primeiro Secretário e Victor Carvalho, como Segundo Secretário.

**O Presidente da Assembleia** iniciou a sessão quando eram catorze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento nos termos do artigo 13º e do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal – Mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2015 e, nos termos da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, dos pedidos de suspensão de mandato nos termos do artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

**Grupo Municipal Partido Socialista (PS):**

Deputado municipal **Vitor Parola**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **José Dias**.

Deputado municipal **António Correia**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **José Cortesão**.

Deputado municipal **João Marques**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Arménio Ferraz**.

**Grupo Municipal (PPD/PSD):**

Deputado municipal **Nuno Freitas**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Anabela Ramos**.

Deputada municipal **Paula Alves**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **João Parreira**.

Deputado municipal **João Parreira**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Ana Gaudêncio**.

Deputada municipal **Carolina Patrício**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Manuela Oliveira**.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deputado municipal **Rui Marques**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Júlio Gaudêncio**.

Deputado municipal **Francisco Andrade**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Cristina Agreira**.

### **Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):**

Deputado municipal **Pinto Ângelo**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Joana Dourado**.

Deputado municipal **Jorge Mendes**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Clara Almeida**.

### **Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):**

Deputado municipal **Pedro Filipe**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Tiago Mariz**.

Deputado municipal **Tiago Mariz**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Ana Martins** (*que não compareceu*).

Todas as substituições foram efectuadas nos termos do nº 1, artigo 79º, da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como nos termos do artigo 13º e, do nº 1, do artigo 145º, do Regimento da Assembleia Municipal.

**O Presidente da Assembleia Municipal** abriu a sessão informando estarem abertas as inscrições para o “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.

## **I – ABERTURA**

### **Informações do Presidente:**

- Informou que gostaria que aquela reunião fosse pública, mas de acordo com a legislação não poderia ser, mas encontrava-se aberta à Comunicação Social, com carácter de publicidade. A disposição era igual à anterior, garantia as exigências da Lei e, uma vez que havia quórum, deu início à reunião, dando de imediato a conhecer os pontos da “*Ordem de Trabalhos*”, tendo sido aprovada por *unanimidade*;
- Informou que dada a ausência do 1º Secretário da Mesa, o deputado Municipal Francisco Andrade, sugeria que o mesmo fosse substituído pela deputada municipal Ângela Correia, uma vez que já tinha experiência. Aprovada por unanimidade a substituição;
- Mais informou que, tinha recebido um Requerimento do Grupo político do PSD solicitando que a Mesa se intrometesse nas deliberações da Camara Municipal. Não tinha fundamento legal e por aquele facto, a Mesa, não o iria fazer. Entretanto, o deputado municipal e Líder de bancada, naquela sessão, Francisco Rodeiro, numa atitude de bom senso, pediu que o mesmo fosse retirado;
- Relativamente ao debate relevante solicitado pelo Grupo Político do CpC, através de um texto, sobre a pandemia informou que, teria de ser uma sessão com características muito especiais. Entendia não estarem na posse de todos os dados reais sobre as questões de carácter técnico, económico e social para que fosse feito o debate, propondo assim, que o mesmo fosse feito quando tivesse nas suas mãos informações mais reais. Proposta aprovada por *unanimidade*;
- Quanto à questão daquela sessão ser extraordinária ou ordinária informou que tinha tido dúvidas, mas uma vez que tinham sido transportados para aquela sessão os documentos que deveriam ter sido aprovados em Junho - “*Contas Consolidadas*” – entendeu de acordo com a lei, que deveria ser ordinária;
- Terminou informando que, nos termos da alínea a), do artigo 46º, do Regimento da Assembleia Municipal, seria introduzida uma nova prática, no “*Período de Antes da Ordem do Dia*”, que seria a intervenção do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Presidente da Câmara. Pediu, ainda, que os deputados municipais não tocassem no microfone, cumprindo assim as normas da DGS.

### II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

#### Intervenções dos Deputados Municipais

##### **Intervenção do deputado municipal Cabral Oliveira (PPM):** [\(áudio 25:46 a 29:14 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Informou que Coimbra e o poder Local Democrático tinham vivido, anteriormente, um dos mais lamentáveis dias da sua história recente. A extravagante aprovação, por parte do Executivo Camarário, do projeto de requalificação da Estação de Coimbra B, apresentado pela Infraestruturas de Portugal, constituía, do ponto de vista do PPM, um verdadeiro crime lesa-cidade. Num tempo em que o Ministro das Infraestruturas defendia a velocidade alta (240 Km/hora) na ligação entre Lisboa e o Porto; em que António Costa Silva, no seu plano para a recuperação económica, relançava a alta velocidade; o Conselho Superior de Obras Públicas atribuía prioridade máxima àquela mesma linha ferroviária; a Câmara Municipal de Coimbra aceitava e aprovava o projeto absolutamente menor que a IP lhe apresentava para transformar o Apeadeiro Velho no Apeadeiro Novo;
- Mais disse que sem rasgo, exigência ou grandeza, antes vergada pelo conformismo e por uma atávica subserviência ao Terreiro do Paço, a edilidade, numa maioria incidental, preferia, sem constrangimento, o pouco, quase nada, o arremedo que, com desfaçatez e sem vergonha, se lhes propunha. Em vez de reivindicar o projeto maior que, afinal, até já tinha sido apresentado como a melhor solução, que passava pela construção de uma verdadeira estação intermodal na zona do Loreto única forma de, sob um ponto de vista técnico, a cidade ser servida pelo comboio do futuro, sem a qual teriam a nova linha de alta velocidade a afastar-se, inexoravelmente, em direção aos campos do Mondego. Paralelamente, queria ainda deixar reiterada a sua inteira discordância com o levantamento da linha que conectava Bencanta com o centro da cidade e o inadmissível encerramento da Estação Nova. Uma ideia que mais derribava a Baixa e destruía o sistema ferroviário urbano e regional, assim, fazendo de Coimbra, afinal, uma mera cidade de passagem. Quanta pena aquela incapacidade política, tamanha ausência de visão, absolutamente contrastante. Apenas um exemplo, com posturas como a do município de Braga que já estava a reivindicar, "para amanhã", a ligação, por Metro, entre aquela urbe e Guimarães, um projeto, alegavam, defendido pelo Ministro da Tutela e pelo titular da pasta do Ambiente que se elevaria a 140 milhões de euros;
- Terminou afirmando que veriam qual a verdadeira maioria que o Povo de Coimbra, em defesa dos seus mais diretos e legítimos interesses comuns, democraticamente, tinha elegido para o governo da sua cidade.

##### **Intervenção da deputada municipal Lúcia Santos (CDS):** [\(áudio 29:59 a 34:28 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Começou por informar que se encontravam presentemente a viver uma crise social e económica sem precedentes e de causas até há pouco tempo inimagináveis em pleno século XXI, mostrando-lhes a fragilidade da condição humana e dos pilares sobre os quais a sociedade e economia tinham sido construídas. A imprevisibilidade era agora a palavra de ordem. Impedia-os de perceber o real impacto daquela crise social e económica a médio e longo prazos e dificultava-lhes a tarefa de planear uma resposta ajustada e eficaz. Os seus efeitos imediatos eram, no entanto, já bastante visíveis: falência de empresas, crescimento do desemprego, da fome e da violência, aumento da pobreza e agravamento das desigualdades socioeconómicas eram alguns dos principais. Menos visíveis, mas igualmente preocupantes, mereciam também referência as questões relacionadas com a saúde mental. Os municípios, juntamente com as juntas de freguesia, as instituições sociais e outros actores sociais locais, constituíam uma das primeiras e mais próximas linhas de apoio à comunidade e teriam de estar à altura daquele desafio de dimensões ainda desconhecidas para todos;
- Informou que o CDS-PP considerava, por isso, imperativo debater o tema naquela Assembleia Municipal para que todos pudessem conhecer a verdadeira dimensão do problema em Coimbra e o trabalho feito por aquele Executivo Municipal até ali e contribuir de forma positiva para a construção de uma solução adequada às necessidades da população mais desfavorecida e capaz de travar o acentuar da degradação



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- do emprego e da qualidade de vida. Para que aquilo fosse possível, precisavam ter acesso: ao diagnóstico da atual situação social e económica municipal, para perceberem o aumento do número de pessoas/famílias em situação de fragilidade e as empresas em dificuldades; às medidas adotadas e aos recursos mobilizados até ao momento; ao plano de ação previsto no caso de uma segunda vaga; à estratégia municipal de intervenção planeada para apoiar os coimbricenses em situação de maior vulnerabilidade social e económica e as empresas e reativar a atividade económica; as medidas de apoio e incentivo à investigação e desenvolvimento nas áreas que podiam contribuir para melhorar a capacidade de resposta aos novos desafios colocados por aquela pandemia;
- Mais disse que gostaria ainda de abordar outro tema: o projeto de execução da empreitada de renovação da Estação Coimbra B. O CDS-PP em Coimbra tinha consecutivamente defendido a constituição da Área Metropolitana de Coimbra, aliás como o próprio ministro das infraestruturas do atual governo socialista também defendia a necessidade de uma terceira área metropolitana entre as de Lisboa e Porto. O que os distinguia era porque achavam que a Área Metropolitana do Centro de Portugal devia ser em Coimbra e não em Aveiro e as razões eram óbvias.
  - Afirmou que a mobilidade intermunicipal e os transportes públicos era, a base essencial de qualquer capital que se quisesse afirmar numa lógica extramunicipal e metropolitana e uma obrigação para com o compromisso da sustentabilidade ambiental. Coimbra, em mais de 40 anos não tinha conseguido sequer manter-se à tona e tinha-se afundado, arrastando consigo os cada vez menos coimbricenses que, teimosamente, insistiam em não abandonar aquela cidade, mas também todos aqueles que viviam fora de Coimbra e se deslocavam diariamente por motivos profissionais. O apeadeiro Coimbra B envergonhava décadas de governação local e nacional e era a demonstração da incompetência daqueles que tinham governado. Todos deviam assumir as responsabilidades que tinham naquele tema. E do PCP ao CDS todos tinham responsabilidades;
  - Terminou afirmando que aquilo a que todos tinham tido acesso, com mais um anúncio na comunicação social de novo projeto para Coimbra B, era tão mau que esperavam que fosse mesmo só mais um anúncio daqueles que o Partido Socialista repetia sistematicamente, sem qualquer pudor ou respeito pela inteligência dos coimbricenses. Olhavam à volta e vislumbravam pessoas capazes de fazer tão melhor. Pediu que se olhasse para lá do cartão partidário, com cuidado para não se deixarem ofuscar pela luz a que não estavam habituados e que deixassem que quem sabia fizesse o que sabia por Coimbra.

### **Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC):** [\(áudio 35:00 a 41:00 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Relativamente à remodelação da estação ferroviária de Coimbra, disse que era da maior urgência pela ligação que poderia permitir ao Sistema de Mobilidade do Mondego e aos transportes rodoviários de passageiros, públicos e privados, urbanos e interurbanos. Era verdade que nunca a Assembleia Municipal tinha tido a oportunidade de debater as soluções que, agora, assumiam aspetos quase definitivos, nas mãos do Infraestruturas de Portugal. A Câmara nunca tinha ido além de uma exibição pública e sumária do projeto, feita havia cerca de 2 anos, sessão aquela onde tinham colocado a questão, aliás, ainda não respondida pela Câmara, da Gare rodoviária nos terrenos adjacentes à estação;
- Disse que o PSD e o PPM suscitavam agora a questão da ligação à rede de alta velocidade. Importava que a Câmara respondesse, com clareza, qual o ponto de situação das negociações sobre aquela matéria, já que, recordavam, no final da primeira década e antes das políticas tragicamente restritivas, tinham sido divulgadas várias alternativas para o canal RAV no atravessamento do território do Município. Resumindo: acompanhavam a exigência de toda a informação sobre aquelas matérias e do seu debate na Assembleia Municipal. Não aceitavam que aquilo fosse confundido com a paralisação da remodelação da Estação Velha.
- Em relação à Moção apresentada pelo seu Grupo Político, propondo um *debate relevante*, informou que estavam unanimemente de acordo, mas pediam que fossem dadas, pelo Executivo, todas as informações sobre o assunto. A incerteza era certa e a capacidade de resposta tinha de ser ágil, mas isso não diminuía a necessidade de previsão de cenários, de discussão de visões, de escolha de metas. Queriam confiar nos poderes executivos, mas de dados na mão. Não seria fácil, por isso, seria importante a partilha da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- responsabilidade no encontro das melhores soluções. O CpC queria fazê-lo, por isso tinham aceitado aquele adiar do debate para dar tempo a que se fizesse melhor;
- Disse que “*Coimbra não pode parar*” era o lema que lançou o CpC numa série de iniciativas de verão, dando corpo a uma das tais propostas apresentadas ao Executivo Municipal: na antecipação de um verão diferente, sem grandes festas e ajuntamentos, mas com mais pessoas “*em casa*”, desmobilizadas pela pandemia das habituais saídas turísticas, a possibilidade e potencialidade de descobrir e valorizar o imenso património concelhio. Disse terem ido a Torre de Bera, na freguesia de Almalaguês, a São João do Campo e a Cernache, dando 3 notas, que lhes pareciam muito importantes naquela esfera municipal: A quase invisível, mas extraordinária força associativa em algumas comunidades, que resistia e fazia diferença na aproximação de pessoas, no sentido identitário e na memória patrimonial. Os pequenos subsídios pontuais apenas as ajudavam a resistir, mas não as apetrechavam para ampliar o seu impacto na qualidade cultural das comunidades e do Concelho; Os exemplos de património desprezado, a questionar qualquer ideia de cultura, a desafiar uma ideia de cultura, como era o exemplo da casa de Jaime Cortesão, em São João do Campo, que por pouco mais de uma centena de milhar de euros, não só se evitaria a vergonha de uma ruína no centro da vila, como se poderia concretizar num polo da rede cultural de Coimbra; o exemplo de Cernache e dos seus moinhos caídos, esquecidos, engolidos pelas casas; a “Escola do brinquedo tradicional popular” de Loureiro e o potencial que abrigava à espera de irradiar cultura; A vulnerabilidade das gentes rurais no que respeitava ao acesso a serviços públicos, refém de decisões economicistas que os cortavam na base do número ou de outro qualquer factor desumanizado. Era o que tinha acontecido com a extensão de Saúde de S. João do Campo;
  - Terminou pedido que se olhasse para a riqueza daquele território e do Povo que o fazia todos os dias. Acreditavam mesmo que, Coimbra não era só cidade e que aquela só ganhava na medida em que dialogava com todo o seu território. Como Capital da Cultura e como território de bem viver.

### **Intervenção do deputado municipal Hernâni Caniço (PS):** [\(áudio 41:39 a 47:59 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Começou por informar que Coimbra tinha uma intelectualidade própria, mas estava cansada de divisão, de desunião, de dislate, de panaceia, de oportunismo, qual circulatura do quadrado que não sai do sítio. E aquilo quando a verdadeira profusão de obras por toda a cidade e por todo o concelho tinha a marca da governação municipal socialista, e a marca de juntas de freguesia de proximidade, de composição e ideário diversos, mas resultando em simbiose de prestação de serviços e qualidade de vida da população abrangida. Coimbra tinha perdido população, tal como a Região Centro e Portugal no seu todo. Existia provincianismo em Coimbra, sim. Quando a divisão ultrapassava e se impunha aos objectivos comuns como eram os casos do Hospital Central dos Covões, a nova Maternidade, o Desenvolvimento Sustentável, quando a crítica destrutiva era preferível à execução, quando o não fazer era motivo de chacota, independentemente das razões e obstáculos. Coimbra, unida na diversidade, quer quisessem quer não, era a única via para o poder central reconhecer a sua força e o seu impacto socioeconómico, produtor de ciência mais do que intelectualidade. Coimbra estava sob a Universidade e não ao seu lado, sob os comissários políticos para quem havia eixo Lisboa-Porto, mas Coimbra não existia e sob distribuição de fundos europeus que estavam para vir, de duvidosa equidade regional, a manter-se o dividir para reinar.
- Disse que era hora de um Pacto por Coimbra. Não se tratava de uma jogada política, mas de uma atitude concreta de sensibilização para a união na defesa, promoção e aquisição de valor, que transformasse a marca de Coimbra em algo tangível, materializando os recursos e as potencialidades de Coimbra em desenvolvimento humano e social no futuro presente. Um pacto com as organizações da sociedade civil e IPSS, incentivando a criação de plataformas, abrangentes ou sectoriais, que reforçassem os contributos do 3º sector, que defendessem as causas da Humanidade com impacto local. Um pacto com os cidadãos em que a democracia participativa era incentivada, dando como bom exemplo o Orçamento Participativo ou as petições, com acesso à fundamentação do poder decisório autárquico, à promoção da literacia nas competências autárquicas e intermunicipais alargadas pela descentralização, à pedagogia e prémios ao civismo e actos modelares modificadores do comportamento incivilizado, até a criação de micro jardins e outros espaços verdes com área infantil, etc. Um pacto com forças políticas em que cada força aderente



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

percorresse o seu caminho, mas se aliasse pelos desígnios da cidade. Um Pacto por Coimbra, envolvendo organizações da sociedade civil e IPSS, cidadãos e forças políticas, não era uma manobra de consolidação de poder, mas podia ser um meio de revitalização de democracia e direitos humanos na sociedade que se pretendia evoluída, respeitadora das convicções, mas também responsável pelas pessoas, quer aquelas que confiavam o seu voto nas forças políticas, quer as que ignoravam as eleições por acharem que serviam, apenas, para "tachos", benesses e autoestima;

- Terminou afirmando que nos próximos tempos, os medos e outros medos, não desapareceriam, alguns até agravar-se-iam. Que servisse para reflexão qual era a principal missão!

### **Intervenção do deputado municipal Carlos Silva (SC):** [\(áudio 48:47 a 56:34 minutos – 1.ª gravação\)](#)

- Informou que, em Setembro, com a retoma da economia e das aulas em regime presencial, eleva-se o risco de ressurgimento de surtos epidemiológicos pelo que, se não houvesse preparação prévia das cidades, corria-se o risco de as autoridades de saúde virem a determinar novas medidas restritivas e de confinamento social. Aquela situação traria consequências gravíssimas para o sector económico e social, já, atualmente, bastante fragilizado e em situação periclitante, sendo, por isso, absolutamente essencial que a Câmara Municipal antecipasse o eventual problema e desenvolvesse planos de contingência aplicados ao espaço público;
- Disse que o SC defendia o desenvolvimento emergente de um documento de orientação focado nos princípios de organização e gestão dos espaços públicos urbanos e espaços verdes, o qual, face à premência da situação, não podia ser adiado para Setembro. Devia a Câmara Municipal aproveitar o período de férias de Agosto para adquirir materiais, produtos e equipamentos que permitissem dotar a autarquia de condições adequadas para o executar, antes da abertura do novo ano letivo e da chegada massiva dos estudantes. A maioria das ações, por se reverterem de um carácter preventivo, revelavam-se úteis e adequadas, mesmo face a um cenário de eventual controlo da doença, promovendo hábitos de higiene e contribuindo para o controlo da progressão do contágio, conotando Coimbra como modelo a ser seguido por outras autarquias. Perguntou ao Executivo se tinha elaborado ou pensava elaborar algum programa próprio e específico de prevenção da COVID-19 para o concelho de Coimbra, em algum sector da actividade? Havia prevenção de reforço dos Serviços Médicos Veterinários;
- Mais disse que se se tivesse em referência o “*Programa de Estabilização Económica e Social*” elaborado pelo Governo, aquele PMEES, em Coimbra, era muito pobre e ficava aquém em termos qualitativos, o que gostariam de perceber porquê. Nada constava, e poderia ter alguma replicação a nível municipal, sobre: diagnóstico social, medidas de apoio à pobreza, apoios a desempregados, estímulo à contratação de jovens qualificados, concurso de projetos de criação do próprio emprego e de projetos qualificados, concurso de projetos de criação do próprio emprego e de projetos empresariais para jovens desempregados na lógica da reentrada no mercado de trabalho, medidas de apoio social, programas de formação, apoio a programas municipais de arrendamento para subarrendamento a preços acessíveis, etc.
- Informou que queriam propor mais medidas, tais como: *Aceleração dos processos de decisão de projectos entrados na Câmara, de particulares e empresas, com um Programa Simplex, SOS, libertando Investimentos; Lançar a construção do Anel da Pedrulha, para descongestionar a Casa do Sal; Desenvolver um plano específico de revitalização do Património Mundial da Rua da Sofia; Contratação de desempregados para implementação de um plano de limpeza generalizada da cidade e do concelho, nomeadamente no âmbito do programa CEI/CEI+; Construção de piscinas fluviais em frente à cidade, uma proposta, repetidamente recusada pelo Partido Socialista e que tinha sido, entretanto, apresentada, como projecto diferenciador, pela Câmara de Lisboa; Elaborar um Plano Municipal de Turismo; Criação do Conselho Municipal de Turismo; Modernização dos Sanitários da Praça do Comércio; Arrancar com a construção do interface intermodal em conjugação com a Estação-B, de forma a receber turistas e visitantes com conforto e dignidade;*
- Mais informou que a aceitação da manutenção da localização da Estação de Coimbra B no sítio atual, por parte da Câmara Municipal, matava qualquer possibilidade de Coimbra vir a ser paragem de alta velocidade, dando-a de mão beijada a Aveiro. Era o Partido Socialista e todos os que não votassem contra



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

aquela proposta que estariam, mais uma vez, a abortar o desenvolvimento de Coimbra, ao aceitar uma solução minimalista e sem qualquer perspectiva de futuro. Para além do discurso do Ministro das Infraestruturas no final de 2019, sobre: Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030, Costa e Silva defendia um forte investimento em infraestruturas ferroviárias, sendo uma das propostas a criação de um "eixo ferroviário de alta velocidade Porto-Lisboa para passageiros começando com o troço Porto/Soure", mantendo-se em perfeita sintonia com a já avançada pelo Governo do Partido Socialista. A argumentação apresentada devia preocupar seriamente Coimbra. Ambos defendiam que aquela linha potenciaria a afirmação das duas áreas metropolitanas e o seu funcionamento em rede, em substituição das ligações aéreas remetendo Coimbra à sua insignificância, seriamente agravada, com a previsível ligação estratégica daquela futura linha à vizinha Espanha;

- afirmou que o SC iria continuar a defender, de forma intransigente, a proposta de criação de uma estação intermodal em Coimbra que integrasse todos os modos de transportes, incluindo a central de camionagem e iria integrá-la no seu programa eleitoral, exigindo qualidade e visão de futuro;
- Terminou dizendo que ouvir ali, naquela Assembleia Municipal, o Partido Socialista defender, intransigente, o Hospital dos Covões, e depois delapidá-lo, pedra a pedra no dia a seguir, era de muito mau gosto. A ARS era da ministra do Partido Socialista, tinha sido Administradora do Hospital dos Covões e não acreditava que, o Partido Socialista de Coimbra não soubesse o que era que o Governo central pretendia. Relativamente à Maternidade disse que iriam receber 6 mil milhões de euros e esperava que fizessem uma maternidade de raiz, olhando para o futuro, preocupando-se com os coimbrões de Coimbra e com o seu futuro.

### **Intervenção do deputado municipal José Dias (PS):** [\(áudio 57:05 a 59:45 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Começou por dar uma palavra de reconhecimento por parte do Partido Socialista à candidatura dinamizada pela Câmara Municipal, com cooperação de todas as entidades e organizações do concelho para as "7 Maravilhas da Cultura Popular", onde se tinham contado com a "Tecelagem de Almalaguês", com as "Procissões da Rainha Santa Isabel" e com o "Fado de Coimbra". Tinham tido uma vitória relevante por parte do "Fado de Coimbra", dinamizado também com o apadrinhamento da AAC, lembrando que tinha sido uma das principais instituições a preservar o "Fado de Coimbra", mas também a reinventá-lo e a inová-lo, como tinha sido o caso de Maio, aquando da realização da serenata monumental que havia memória, publicada através das plataformas digitais e também publicado através das redes televisíveis, e se tinha conseguido atingir o maior público de sempre. Era um reconhecido mérito da AAC e dos seus estudantes e da secção de Fado, era um trabalho que não tinha começado agora nem iria terminar tão depressa;
- Terminou afirmando que aquele era um justo reconhecimento e, acima de tudo, a valorização daquele património. O fado poderia ter um papel fundamental de retoma económica e valorizar a medida já implementada pela Câmara Municipal que iria renovar a aquisição de bilheteiras das casas de fado projectando, para além da cidade, para todo o país e estrangeiro, independentemente, da sua condição social. Era não só um passo para a retoma económica da cidade, mas também um passo muito importante para a Candidatura de Coimbra a "Capital Europeia da Cultura 2027".

### **Intervenção do deputado municipal Francisco Rodeiro (PSD):** [\(áudio 00:45 a 12:38 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Deixou uma palavra de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelas juntas de freguesia do Município de Coimbra, cujos titulares, à semelhança de outros profissionais, tinham estado na linha da frente no combate às consequências do vírus;
- Informou que o estado das coisas não impedia que fosse feito um balanço da governação socialista no Município de Coimbra, designadamente as obras que o Partido Socialistas classificava de marcantes, tais como: a Estátua da Princesa Cindazunda; a requalificação das margens do rio Mondego; a praia fluvial do Rebolim; o Centro de Arte Contemporânea; a aquisição de um punhado de viaturas 100% eléctricas; a grande obra que dá pelo nome de "Túnel do Choupal", uma espécie de Rua da Betesga Coimbrã, à





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

semelhança da sua congénere lisboeta. Afirmou que se na capital do País o Rossio não cabia na Rua da Betesga, ali, em Coimbra, os grandes projectos estruturantes com que a maioria socialista, com o sustentáculo activo da CDU, pretendia transformar e valorizar Coimbra cabiam todos, pela negativa e omissão, no “Túnel do Choupal” destacando naqueles, três: a promessa eleitoral da transformação do Aeródromo Municipal Bissaya Barreto num aeroporto civil comercial, uma promessa eleitoral emblemática do Partido Socialista, não realizada até aquele momento, não obstante, conhecerem os seus autores a inviabilidade da dita por razões técnicas e persistirem no projecto, despendendo avultadas verbas do orçamento com estudos que se revelaram inconsequentes; o designado Metro Bus e a renovação da Estação Coimbra-B vinha a lume, por regra em época de pré-campanha eleitoral, cujos contornos subsistiam inalterados desde os tempos do Governo de António Guterres. Era, pois, adequado resumir a ação do Partido Socialista e a dos seus principais rostos na governação do Município, afirmando que era “Grande nas coisas pequenas, mas pequena nas coisas grandes”;

- Terminou afirmando que relativamente à execução, haviam “pequenos” projetos que não enchiam páginas de jornais, e que, todavia, eram de elevada importância para as gentes das freguesias e, o Partido Socialista descurava olímpicamente a sua importância, como era o caso da falta de execução da recomendação da CDU, aprovada em sede de Assembleia Municipal, no sentido do reforço na transferência de meios financeiros para as juntas de freguesia na ordem dos 10%, ou da escassez e insuficiência dos transportes públicos na área da União de Freguesias de Souselas e Botão, de Almalaguês, S. Silvestre, Cernache, Brasfemes e outras, ou da pobreza crescente e envergonhada que atingia, presentemente, também, as classes médias na Freguesia de Santo António dos Olivais, ou a falta de habitação social na Freguesia de Ceira ou na União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas, ou a renovação do mercado do Calhabé e o arranjo da estrada de Couselhas, na área da União de Freguesias de Coimbra ou, por fim, a nova sede para a União de Freguesias de Eiras e São Paulo de Frades e, o Partido Socialista não tinha aceite aquela deliberação, aprovada por unanimidade, naquela Assembleia Municipal.

### **Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):** [\(áudio 13:14 a 17:09 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Começo por informar que os valores das temperaturas de Verão, sempre mais áspers ano após ano, convidavam-nos ao balanço quando muitos portugueses falavam de férias e outros muitos não as iriam ter porque tinham perdido o trabalho ou tinham visto reduzidos os rendimentos. Teria a pandemia as culpas que fossem suas, mas não mais do que aquelas. Porque a apoiar os seus efeitos maus, teriam sempre uma estruturação das vidas, e das economias, que ia começar a tirar a casa a quem tinha perdido os rendimentos, ia colocar na lista do desemprego os trabalhadores e empresários que ficaram sem trabalho pela falência de muitas pequenas e médias empresas às quais os apoios não tinham chegado. Era de outra economia que precisavam e a crise sanitária tinha-o revelado claramente: aquela em que as prioridades da política nacional fossem as da soberania alimentar, fossem as do reforço do aparelho produtivo, fossem as do reforço do SNS, fossem as da posse pública dos sectores essenciais;
- Informou que a verdade era que por muita força que certos sectores fizessem naquele sentido, as lutas necessárias não se tinham abandonado ao confinamento. Tinha sido assim com os trabalhadores da TRANSDEV, vítimas de uma empresa que gerava lucros de milhões, mas não hesitava, literalmente, deixar à espera passageiros e trabalhadores em nome da defesa dos interesses dos accionistas. Tinha sido assim com os trabalhadores dos CTT, que tinham estado à porta dos Paços do Concelho, reivindicando o reforço de meios que invertessem a vergonha em que se tinha transformado um serviço de entrega postal de excelência, vítima do preconceito ideológico de Passos Coelho e Paulo Portas que consideravam que tudo o que desse dinheiro tinha de ser privatizado. Sofriam os trabalhadores dos CTT com sobrecarga de trabalho e com as queixas dos utentes a quem a correspondência chegava a desoras ou nem sequer chegava, sofria o país pela degradação programada de um serviço essencial que, como todos os serviços essenciais, deveria regressar ao sector empresarial do Estado. Faltava ainda caminho para concretizar que o que tinha sido aprovado naquela mesma Assembleia, no respeitante ao Hospital dos Covões. O reforço do SNS era essencial para todas as vidas, mais ainda num contexto de municipalização de sectores que tenderia, como já tinha acontecido em diversos países da América Latina, para a privatização dos serviços



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

públicos, seja por intenção política deliberada ou por falta de meios para a manutenção e dinamização daqueles serviços. Tinha sido sempre assim. Por isso aquilo a que alguns chamavam preconceito ideológico de esquerda era, afinal, alerta e chamada de atenção. Porque não havia nenhuma decisão política que não visasse um benefício. Havia ali, certamente, quem se lembrasse de, nos dias de encerramento do Ramal da Lousã, terem vindo a público afirmar que o arranque dos carris significaria o início de uma grande dor de cabeça para os utentes da linha e, simultaneamente, uma grande oportunidade de negócio para a meia dúzia de beneficiários da decisão. Era naqueles momentos que detestavam ter razão, mas era naqueles momentos que tomavam consciência da importância democrática da denúncia e da proposta alternativa. Era ali que cabia a criação da Metro Mondego, um exemplo de boa gestão para os negócios privados e de gestão ruínosa do interesse público;

- Terminou afirmando que as posições da CDU eram conhecidas e nunca eram tomadas em obediência a princípios de fulanização ou de oposição-porque-sim. Cada uma das suas decisões era o reflexo dos compromissos eleitorais que assumimos. Estavam, por isso, à vontade para denunciar as agendas ocultas que faziam com que, na cidade, os campeões da fulanização e da denúncia oportunista daquilo a que chamavam coligação PS-CDU, se vistam de coligadores com o mesmo PS, que vilipendiavam, na aprovação de dossiês estruturantes, como o da municipalização. Era o vale-tudo do assalto ao poder.

### **Intervenção do Presidente da Câmara:**

- Informou que após ter ouvido algumas das anteriores intervenções, nomeadamente a notável intervenção do deputado municipal Francisco Rodeiro, em nome do PSD, lhe tinha vindo à memória, “*Dalida*” com “*Alian Delon*” com a canção de 1972, tendo como refrão “*palavras, palavras*” canção sublime e doce. O deputado municipal Francisco Rodeiro tinha ali feito um ataque pessoal e ao seu partido, mas perturbava-o um pouco saber que também ele tinha andado a “colar cartazes” na Rua Oliveira Matos e tinha sido membro de um Governo do Partido Socialista e entendendo que, o mesmo deveria saber o que tinha feito em Lisboa. Guardava as palavras da canção doce e sublime da Dalida, “*palavras, palavras*”. Já quanto às palavras do deputado municipal Francisco Rodeiro, já não se lembrava porque a história tinha ficado baralhada;
- Afirmou que confundir “*Estações com Vida*”, confundir um despacho que tinha visto nas mãos do Presidente da Assembleia Municipal de um requerimento sobre: “...*desafectação da estação de Coimbra -A no âmbito do projecto de Metro Bus e das obras da IP na Estação de Coimbra -B ...*”, tinha sido propagandeado, usando-o de forma malévol, nos órgãos de comunicação social, evidenciavam que gostavam de fazer o mal e a caramunha, mas quem tinha abatido o projecto “*Estações com Vida*” que tinha sido outorgado, em nome da Câmara Municipal, pelo então Primeiro Ministro António Guterres, tinha sido os que o tinham sucedido, ninguém se tinha esquecido, entendendo que “*perder a memória era perder a história*”. Disse que, enquanto o maligno, o COVID 19, andava à solta, em 1599 era ali que reunia a Vereação, excepto duas vezes que tinha sido em Torre de Almedina e duas ou três vezes, em Pé de Cão, em casa de João Coutinho;
- Mais disse que todos os insultos que começavam a ser decorrentes naquela Assembleia Municipal, aproveitando a oportunidade para fazer o mal e a caramunha eram indignidade política e cívica e, as pessoas que iam por aquele caminho, confundiam “*a Estrada da Beira com a beira da estrada*”;
- Mais informou que a requalificação da Estação de Coimbra B era uma necessidade imperiosa e urgente. Finalmente, o Orçamento de Estado tinha dotação para aquele investimento e a Câmara Municipal tinha aprovado a única infraestrutura ferroviária, que tinha sido aprovada em Coimbra, havia mais de um século. Porque a Estação Nova não estava aprovada! Câmara Municipal tinha-a reprovada liminarmente. Agora, que tinha sido apresentado pelas Infraestruturas de Portugal no âmbito da operação do Metro Mondego e do Sistema de Mobilidade do Mondego, tinham tido a ousadia de querer avocar? Depois de terem feito o mal e a caramunha, enganando os órgãos da comunicação social? Meter o “*pau na roda*” agora que as coisas estavam a cerca de um mês para ser lançado a concurso público internacional para a intervenção? Queriam fazer aquilo à moda antiga? Mas estava decidido, estava aprovado e era assim que iria prosseguir. Era importante o acesso ferroviário a Coimbra, era fundamental a dignificação daquela porta de entrada



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

da cidade estivesse como deveria ser, sem luxo, nem esbanjamento, sem sobresseria ou ostentação. Confundir as coisas era extremamente incompreensível, porque nunca nenhum Presidente da Câmara tinha apresentado soluções ou feito avançar o processo. Não era sério! Pediu que não enganassem as pessoas! As suas posições não eram contra Manuel Machado, eram contra Coimbra! O que ali tinha ouvido não eram palavras sérias. Dever-se-ia falar a sério, mas sem insultos, porque o que ali tinha ouvido tinham sido palavras sem critério, tinham sido despejadas palavras sem propriedade e sem seriedade e quem não tinha tido coragem de trabalhar quando deveria ter trabalhado paciência! Coimbra precisava da requalificação da Estação de Coimbra B. O que seria a solução ideal era que fosse aprovado na Assembleia Municipal um Plano Pormenor que deslocaria para norte a Estação de Coimbra B, porque nunca tinha sido aprovado. Era um mito urbano, porque estudos feitos do plano não havia! Questionando qual era a vantagem? Deslocar a Estação 500 ou 600 metros mais para norte para servir os terrenos que estavam livres? Seria para aquilo? Não se via a funcionalidade daquilo. Defendessem, mas respeitassem os outros. O que ganhava Coimbra? Reputou que não era sério o requerimento apresentado pelo PSD que posteriormente tinha sido retirado, mas outros o tinham retomado sobre a Estação de Coimbra B;

- Terminou informando de forma sadia que, relativamente ao COVID 19 e, para além dos esclarecimentos prestados na última reunião da Assembleia Municipal, sobre as operações, acções e estratégias a Câmara Municipal de Coimbra, o seu Presidente e os Vereadores, que não tinham fugido para os confinamentos de conveniência, Tinham definido a estratégia de preparação de defesa da cidade, do concelho, da região e do país, para a problemática da pandemia do Covid 19, adoptado no dia 11 de Março. Tinham tido a sorte de alguns dos melhores especialistas em epidemiologia e outras componentes na área da saúde os terem prevenido que seria melhor que: fossem limpos e desinfectados os autocarros; que avançassem com a instalação de Centros de Recolha de Covid; tentassem que não houvesse desleixo no cumprimento das regras da contratação pública; mandassem encontrar e encomendar, e mobilizar pessoas o que tinham conseguido, através de alguns amigos de Coimbra, residentes em Macau, caixotes de máscaras para que chegassem a Coimbra; mobilizar os trabalhadores municipais que tinham estado na frente do combate, com todos os riscos, como: os motoristas dos autocarros; os bombeiros; o pessoal da portaria da câmara. O Plano de Contingência estava aprovado e activado, os trabalhadores municipais estavam em estado de chamada permanente, os Planos de Emergência estavam activados e não desactivados. Dirigindo a todos autarcas presentes disse que, para quem ainda não sabia, era assim que estava a trabalhar e, para quem o afrontava, era assim que respondia, apelando para que, se tratassem os assuntos sérios “à *seria*” e que não houvesse o logro de enganar os cocidadãos. Porque o que tinha visto publicado, ao arrepio, por aquilo que se tinha concluído naquela reunião que o requerimento que queria avocar o que não era avocável para aquele órgão, não estavam a fazer mais do que um achincalhamento das funções próprias dos órgãos autárquicos, incluindo da Assembleia Municipal, por isso, os seus membros não podiam deixar que aquilo acontecesse assim, porque aquilo era uma forma de apoucar o crédito, o prestígio, a dignidade dos órgãos autárquicos de forma completamente irresponsável. Não era tempo daquilo. Era preciso trabalhar e, se mais não fosse, em homenagem àquela que o bem fez, a notável Cindazunda que decorava, honrada e dignamente, a cidade de Coimbra.

### **Intervenção da deputada municipal Isabel Vargues (PS):** [\(áudio 34:34 a 45:56 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Informou que, em contexto de pandemia em Julho de 2020, tinham sido diferentes as Festas da Cidade, de 3 a 13 de Julho, mas tinham-se realizado e ficavam memoráveis para todos. Uns porque tinham podido assistir presencialmente, outros, porque tinham assistido remotamente ou porque usufruíram das redes que os ligaram e que presentemente era possível consultar mesmo na efemeridade dos dias nas páginas institucionais em linha e na informação que era avassaladora;
- Disse que, por vários momentos como afirmara o Presidente da Câmara e a Vereadora “*A cultura, as artes, os espetáculos, são instrumentos fundamentais para voltar a instalar nos cidadãos o sentimento de confiança no convívio social, a confiança de poder conviver em segurança adotando todas as medidas sanitárias que as autoridades de saúde aconselham*”, continuando a citar: “*Terminaram ontem, com um notável sucesso e uma adesão extraordinária, as Festas da Cidade de Coimbra 2020*”. Garantir a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

segurança de todos os envolvidos tinha sido sempre a prioridade, pelo que também era claro que tinha sido reequacionado tudo o que fosse preciso ao mais pequeno sinal de alarme. Não tinha sido preciso e, exceto o último concerto, adiado por força das condições atmosféricas, tudo tinha corrido como previsto. Com as lotações físicas dos espetáculos limitadas, de modo a garantir todas as normas de segurança, as transmissões através das redes sociais do município tinham-se revelado um meio de divulgação por todo o mundo, tendo alcançado no total mais de 400 mil pessoas e ainda em 4 de Julho, Manuel Machado tinha afirmando: *"é nestas ocasiões que é mais preciso fortalecer os laços que nos unem para promover o desenvolvimento e a democracia"*. *"É esta palavra de confiança que quero também deixar aos cidadãos de Coimbra e do nosso concelho no dia em que celebramos o Dia da Cidade"*, acrescentou Manuel Machado, lembrando que este ano *"as festas serão diferentes, mas seguras, e são ainda uma oportunidade para revitalizar a economia, impulsionar a Cultura e promover a confiança no convívio social, cumprindo, obviamente, todas as indicações da Direção Geral de Saúde"*;

- Sublinhou a inauguração do Centro de Arte Contemporânea de Coimbra e da sua exposição inaugural, com a presença da Senhora Ministra da Cultura, Graça Fonseca, no dia 4 de Julho, definindo que Coimbra assim se tinha tornado um "lugar capital na história"; A partir de Coimbra, tinha-se celebrado um dia histórico para a arte contemporânea em Portugal. Graça Fonseca tinha realçado que aquela iniciativa conjunta tinha concedido à *"Coleção de Arte Contemporânea do Estado"* uma *"vocação verdadeiramente nacional, no sentido de que era capaz de chegar a todas as pessoas e a todo o território"*. Um Centro *"por onde irão passar, numa rotação estudada e programada, mais de 190 obras da Coleção de Arte Contemporânea do Estado e outras do espólio municipal"*, tinha referido o Presidente da Câmara Municipal. *"Ao abrimos esta exposição, quero sublinhar perante a cidade e o país que o fazemos no âmbito de uma dinâmica mais vasta a de e com os olhos valorizar Coimbra como uma referência da arte contemporânea postos na Capital Europeia da Cultura 2027, à qual nos candidatámos e que temos fundadas expectativas de vir a organizar"* recordando ainda *"a abertura de uma linha de financiamento de 30 milhões de euros, pelo governo para que os municípios possam programar e avie alavancar atividades culturais"*. Antecipando um verão sem festivais, aqueles 30 milhões euros iriam servir para que os municípios, que eram os maiores investidores na cultura do país, pudessem dispor de condições para realizar espetáculos e organizarem um conjunto de actividades que permitissem ao setor da cultura, que estava a ser um dos sectores mais duramente atingidos pela crise da pandemia encontrar um espaço de reanimação e de relançamento;
- Terminou informando que Coimbra, cidade de cultura, cidade Património Mundial pela UNESCO, era desde há séculos um território privilegiado de cruzamento do antigo e do novo, continuava atrativa e segura e tinha sido pioneira na retoma das actividades culturais ao ar livre, e aquilo tinha sido constatado por muitos, desde artistas, técnicos, curadores, programadores, público em geral e por outros municípios. Coincidentemente ou talvez não, Coimbra, a sua Universidade que ali felicitavam, tinha visto recentemente reconhecido o seu lugar no Património cultural com a eleição do Professor Delfim Ferreira Leão para o Comité de Aconselhamento da UNESCO em representação da Europa Ocidental e da América do Norte e com a distinção atribuída a Cristina Robalo Cordeiro, Professora catedrática da Faculdade de Letras, pelo Governo Francês com o grau de Cavaleiro da *"Ordre des Arts et des Letres"* e prestigiado membro da Candidatura de Coimbra Capital Europeia da Cultura 2027" .

### **Intervenção do deputado municipal Júlio Gaudêncio (PSD):** [\(áudio 46:45 a 49:46 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Começou por afirmar que Portugal vivia presentemente uma tragédia sanitária, económica e social, devido ao COVID, que os devia remeter para um sentimento de tristeza e solidariedade para com os familiares dos cidadãos mortos e lamentar profundamente o seu desfecho fatal como consequência do vírus contraído em circunstâncias. Em muitos casos que seriam evitáveis e não foram por inépcia das autoridades políticas na tomada de medidas de prevenção, atempadamente, e às contradições na informação, levadas ao ponto da tragédia servir para fazer propaganda política pelos socialistas, quer no governo, quer fora dele;
- Informou que o grupo do PSD de Coimbra deixava uma saudação de agradecimento a todos os profissionais de saúde, em especial, ao pessoal médico e de enfermagem, mas as consequências eram



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

dramáticas: 1.722 mortos; 50.410 infetados; Milhares de consultas e cirurgias adiadas; Milhares de profissionais de saúde infetados; Milhares de mortos por efeito de medo e de assistência adiada, mas também a nível económico: 350.900 Desempregados >7%; 20 mil milhões de euros, de queda no PIB >cerca de 10%; Forte queda nas exportações; Forte queda no Investimento; Milhares de pessoas a passar fome; Aumento da pobreza;

- Terminou informando o Presidente da Câmara Municipal que, na intervenção do deputado municipal Francisco Rodeiro, não tinha havido nenhum momento que constituíssem um insulto afirmando que a sua intervenção se tinha baseado em factos políticos e nunca num ataque pessoal.

### **Intervenção do deputado municipal José Simão (PSD):** [\(áudio 50:24 a 53:55 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Disse que gostaria de não ter de mitigar uns segundos para intervir pois era talvez o deputado municipal mais antigo daquela Assembleia Municipal;
- Informou que a União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas tinha candidatado a “Feira Popular” a “Património da Cultura Popular das 7 Maravilhas”. Tinham sido os primeiros a ser nomeados da qual tinha dado conhecimento à Vereadora da Cultura da cidade de Coimbra. Nunca o tinha referido, apenas sabia que, após ter dado conhecimento, tinha-lhes sido alterado no Programa das 7 Maravilhas o Conselho Científico e tinham integrado pessoas da cidade, pessoas ligadas a jornais. Tinha-lhe sido retirada a nomeação não sabendo o porquê. Entendia que a Vereadora da Cultura estava como o “Fado de Coimbra”, como as manifestações académicas, que “quando chegavam ao meio da Ponte de Santa Clara, para lá era Japão”, mas informou-a que, Santa Clara não era “Japão”;
- Terminou informando que o Presidente da Câmara tinha mostrado boa intenção para que a “Feira Popular” se realizasse, iria reunir com a DGS e com o INFARMED, mas não se tinha realizado, dando origem a que os trabalhadores da sua Junta estivessem a pedir que lhe pagasse o subsídio de Natal. Era assim que estava a sua Freguesia. Tinha obras para realizar desde 2017/2018/2019 e 2020.

### **Intervenção do deputado municipal Rui Claro (PS):** [\(áudio 54:41 da 2ª gravação a 03:03 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Pediu permissão para dar uma nota prévia tendo em conta as intervenções da bancada do PSD, que vinham a revelar falta de cultura democrática uma vez que tinham apresentado um requerimento pretendendo que aquela Assembleia Municipal se substituísse ao poder executivo Câmara Municipal parecendo até, que queriam substituir-se organismos nacionais que tinham como responsabilidade definir orientações no âmbito na área da saúde, afirmando que o que o preocupava era o tacitismo interno que PSD vinha manifestando, não havendo dos seus eleitos ideias, nem projectos para valorizar Coimbra;
- Disse que o Município de Coimbra tinha apresentado para o ano letivo 2020/2021 o “Programa Municipal de Ação Social Escolar” e também o “Plano Municipal de Transportes Escolares”, os quais se encontravam bem estruturados, revelavam ambição e traduziam aquilo que tinha sido um compromisso eleitoral assumido junto dos cidadãos. O “Programa Municipal de Ação Social Escolar” era, sem margem de dúvidas, um instrumento amigo dos municípios, colocando uma vez mais o Município como parceiro privilegiado das famílias do concelho. E, a Autarquia com aquele programa, reforçava significativamente os apoios directos e indirectos concedidos, revelando igualmente que estava atenta ao que o Partido Socialista, no concelho de Coimbra, tinha vindo a defender naquela área, nomeadamente no que respeitava ao alargamento dos apoios legalmente definidos pelo Ministério da Educação no âmbito da acção social escolar, tendo em vista garantir a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolares a crianças e jovens bem como promover as necessárias medidas de apoio socioeducativo destinadas a agregados familiares cuja situação económica determinava a necessidade de apoio financeiro direto e/ou indireto por parte da Autarquia, que se traduzia num investimento de mais de nove milhões de euro;
- Mais disse que quase se esqueciam do reduzido investimento que o então Município liderado pela coligação PSD/CDS/PPM/CDU prosseguia em 2012/2013, mas, ao contrário do PSD, o Partido Socialista não só tinha devolvido como tinha acrescentado valor nomeadamente: o investimento na ação social escolar tinha passado de cerca de 2 milhões de Euros em 2013/2014, para mais de 9 milhões Euros em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- 2020/2021. No período em referência, o investimento e apoio dado, por exemplo, nos almoços escolares, tinha passado de 1.700.000 Euros para mais de 2.600.000 Euros. Da análise daquele Programa ressaltavam diversas medidas que visavam fomentar a inclusão e a integração de todas as crianças no processo educativo, independentemente da condição socioeconómica das famílias. Aquele cariz universal era particularmente relevante, pois para além dos apoios diretos e indiretos às famílias com necessidades ou carências socioeconómicas, aquele Programa não exclui as demais famílias do acesso a outros apoios, dos quais destacava: as actividades de complemento escolar; o serviço de transporte escolar, disponibilizando transporte gratuito, atribuído por 12 meses a todas as crianças e jovens a frequentar estabelecimentos de educação pré-escola da rede pública e solidária e do ensino básico e secundário da rede pública, que residiam no Município de Coimbra;
- Realçou que aquele reforço e alargamento do transporte escolar se traduzia num investimento de mais de 3s milhões de euros, com vista a melhor apoiar todas as famílias do concelho. Para o PS, não significava apenas mais um investimento, significava sobretudo que a Autarquia pretendia continuar a fomentar o sucesso escolar, apoiando alunos e as suas famílias no combate ao abandono escolar, promovendo a igualdade de acesso à educação, que tantas vezes era dificultado pela ausência de transporte próprio ou rede de transporte público de qualidade para o efeito. Para tal, contribuía e muito o empenho dos SMTUC e na política que tinha desenhado de renovação e reforço da frota automóvel e dos recursos humanos existentes;
  - Terminou afirmando que como jovem e residente no concelho, era com orgulho que constatava que o Município de Coimbra era o único município do país que, do pré-escolar ao 12º ano, conferia aos jovens que frequentavam a escola pública um passe escolar gratuito, independentemente de residirem no centro da cidade ou na periferia. Coimbra estava cada vez mais amiga das famílias, e era assinalável a atenção especial que tinha vindo a dedicar, não só nos apoios referidos, mas igualmente na oferta cultural, nas condições de lazer. Com o “*Programa Municipal de Ação Social Escolar*” e também com o “*Plano Municipal de Transportes Escolares*” para 2020-2021, Coimbra afirmava-se, uma vez mais, como bom exemplo a nível nacional, pois o melhor investimento era, de facto, na qualidade de vida das famílias e nas oportunidades criadas e fomentadas junto dos mais jovens.

### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):** [áudio 03:52 a 06:40 minutos – 3ª gravação](#)

- Informou que não iria fazer a intervenção que tinha pensado para aquele “*Período de Antes da ordem do Dia*”, porque, o Partido Socialista não podia deixar de fazer ali, uma forte censura à demagógica intervenção do Líder representante do PSD, referente às acções concretas levadas a efeito pelo Executivo;
- Dirigiu-se à bancada do SC informando-os que, o que o Partido Socialista queria fazer no Hospital dos Covões, era um hospital e não um “*retiro geriátrico*”, que era aquilo que o SC queria;
- Quanto à emenda, que tinha proposto e entregue na Mesa, à proposta do CpC de agendamento sobre o COVID, era para evitar a demagogia, porque entendia que, o COVID não podia servir de oportunidade para combate político. O requerimento estava bem elaborado, correspondia aos desejos de todos aquando a sua aprovação na última Assembleia Municipal, mas tinha de se restringir às atribuições e competências do Município. Para além disso, seria impensável propor fosse o que quer que fosse, pois, seria inexequível;
- Terminou afirmando que as propostas a serem votadas numa Assembleia Municipal, numa “*Ordem de Trabalhos*” tinham de ser acompanhadas de uma previsão da respectiva defesa e dos meios financeiros para que se pudessem financiar, porque, se assim não fosse, estava-se a falar de propostas demagógicas.

## **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Intervenção do Presidente da Câmara;**

Nos termos da alínea c), do nº 2, do artº 75º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, foi apresentada e distribuída a informação escrita acerca da actividade e situação financeira da Câmara Municipal.

- Informou que como aquela reunião tinha estado inicialmente idealizada para ser uma reunião extraordinária e, também pelo facto de muitos dos funcionários se encontrarem em teletrabalho e/ou em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

confinamento, tinha sido necessário gastar mais algum tempo para otimizar a elaboração da informação escrita acerca da actividade e situação financeira da Câmara Municipal, nos termos da lei, justificando assim a razão da sua distribuição naquele momento;

- Passou de imediato a informar que: o Aeródromo Municipal Bissaya Barreto, que não substituíra o Aeroporto Internacional da Região de Coimbra, tinha sido validado no dia 30 de Junho e certificado pela Autoridade Nacional da Aviação Civil, até 2025; tinha sido feito um acordo com Centro de Solidariedade Social da Adémia para a construção de um edifício complementar de acção social, financiado pela Câmara Municipal e a empreitada já se encontrava consignada; Coimbra preparava-se para concluir 20Km de ciclovia que estavam presentemente a ser bem aproveitados os troços disponíveis e a ser bem utilizados pelos coimbrões de Coimbra, não esquecendo a ligação, em ciclovia de Coimbra/Figueira da Foz pela margem esquerda do Rio Mondego, no território de Coimbra e continuavam a trabalhar para a continuidade da mesma pelas imediações da margem direita do Rio Ceira; tinha sido concluída a obra do Chafariz e inaugurada com a presença do Presidente da União de Freguesias de Ribeira de Frades e S. Martinho do Bispo, colocando lá a placa inauguratória para que a memória não fosse esquecida; e estava em pleno funcionamento o Centro de Arte Contemporâneo de Coimbra, inaugurado no dia 4 de Julho, Dia da Cidade de Coimbra; tinham trazido a Coimbra, apesar das circunstâncias excepcionais em que se estava a viver, uma pleia de fotojornalistas, notável, realizando várias exposições espalhadas pela cidade que aconselhava a visitar; a requalificação da circulação pedonal entre a Universidade, a Rua do Norte e a Cindazunda no coração da Baixa, os concursos encontravam-se devidamente consignados e em andamento; sabiam que, relativamente à Praça do Comércio iriam avançar de imediato com o Quebra Costa, mesmo sabendo que seria uma consumição para levar aquela obra a bom porto, iriam arregar com muitas críticas mas apesar disso, iriam avançar no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Coimbra, estava a ser realizada desde manhã assim como, a requalificação da Rua Direita; tinham assumido a responsabilidade de organizar de modo especial e cuidado com todos os colaboradores atentos ao mais ínfimo detalhe as Festas da Cidade, com muito cuidado e prevenção, desde a eventos no Rebolim até ao Jardim da Sereia, polinucleares, estendendo-se a várias aldeias de todo o concelho no ano excepcional de 2020 e tendo sempre presente as orientações da DGS. Tinha sido realizadas com êxito. Já tinham passado 15 dias e não havia notícias de nenhuma surpresa com qualquer foco de contaminação indesejável; tinham querido prosseguir com a experiência interessantíssima do “Orçamento Participativo”. Estava na recta final. O prazo para a entrega de proposta que seriam seleccionadas e publicitadas. era de 22 de Agosto a 30 de Setembro. Era um contributo para a candidatura de “Coimbra a Capital Europeia da Cultura”; tinham querido continuar com “Programa Municipal de Acção Social Escolar”, abrangendo e beneficiando 15 mil crianças e jovens do concelho, com a atenção redobrada às novas necessidades, que se tinham verificado desde de Março, ajudando os mais precisavam, tendo a Câmara Municipal disponibilizado uma dotação de 9,3 milhões de euros para que aquela operação fosse válida e tivesse mais projecção mesmos nos órgãos de Comunicação Social da cidade do que um miserável requerimento de avocação de uma coisa que tinha sido desavocada; tinham presente para aquela reunião da Assembleia Municipal o Projecto de “Regimento do Conselho Municipal da Saúde”; sabiam que apesar de muitos não quererem que os transportes públicos em Coimbra e, em especial os transportes escolares, decorressem pela intervenção da entidade pública municipal - SMTUC -, para o transporte de mais de 8 mil alunos para as escolas, para aquela operação tinham disponibilizado uma dotação de 3,2 milhões de euros; queriam que se continuasse a requalificação dos caminhos pedonais de Celas à Arregaça; continuariam, no âmbito do que fosse necessário a reforçar financeiramente o Fundo Municipal de Emergência Social; tinha sido feito a transferência antecipada de 600 mil euros para as juntas e uniões de freguesias para as operações de emergência que fossem necessárias activar;
- Terminou informando que continuariam a promover os bens materiais e imateriais da cidade, como: o Fado de Coimbra; a Tapeçaria de Almalaguês; a Procissão da Rainha Santa Isabel e tinha sido assim que o Fado e a Canção de Coimbra estivessem contemplados nas “7 Maravilhas da Cultura Popular”



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### Grupos Políticos

#### **Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (CpC):** [\(áudio 19:29 a 23:41 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se ao Presidente da Câmara afirmando que daquele dia a um mês estariam a abrir o novo ano letivo num contexto em que se previa uma 2.ª vaga da pandemia. As escolas com centenas de crianças e jovens eram um terreno fértil para a propagação do vírus que, a acontecer, teria efeitos profundamente negativos em toda a comunidade. Impunha-se, por isso, como medida de prevenção, o desdobramento das turmas. Tal medida estava afastada pelo Ministério da Educação. Na impossibilidade de desdobrar turmas de 25 a 30 alunos, a única hipótese seria a de desenvolver um sistema misto de ensino presencial e à distância, dividindo as turmas que rotativamente passariam pelos dois modelos de ensino. Ora, quer naquele modelo, quer na situação de eventual fecho das escolas, teriam de recorrer ao E@D. A experiência recente tinha exposto as grandes assimetrias socioeconómicas que, muitas escolas e comunidades sentiam: havia um enorme desequilíbrio socioeconómico, e o distanciamento físico tinha agravado ainda mais o fosso existente entre os mais desfavorecidos e os que usufruíam de condições mais privilegiadas. Colocavam-se-lhes um enorme desafio: responder à crise pandémica e proporcionar uma maior igualdade de oportunidades aos mais desfavorecidos, garantindo-lhes condições de acesso às aprendizagens e ao sucesso escolar;
- Naquele contexto, dirigia-lhe as seguintes questões, para as quais solicitava respostas concretas: Estava a Câmara Municipal em condições de assegurar a distribuição de computadores/tablets e acesso à Internet a todos os alunos do ensino obrigatório que não dispunham daqueles meios essenciais para acesso ao ensino à distância, sabendo que, com a descentralização de competências, essa obrigação se estendia até ao 12.º ano? Perante a evidência de uma enorme desigualdade de acesso à rede da Internet, na área do concelho de Coimbra, tinha o Executivo Municipal uma estratégia de alargamento da fibra ótica a todo o concelho, que não fosse dependente dos interesses de mercado das empresas operadoras, e preparasse para a transição digital, proporcionando uma maior igualdade de oportunidades, quer aos munícipes quer às empresas? Em relação ao fornecimento das refeições escolares, iria a Câmara Municipal apostar, de forma empenhada e decisiva, em inverter a lógica da externalização e contratualização com empresas privadas que, comprovadamente, vinham a prestar um mau serviço de refeições e a dar um péssimo exemplo de falta de responsabilidade social para com os seus trabalhadores, mantendo-os em situações de grande precariedade e abuso laboral. Impunha-se recentrar a confeção das refeições nas cozinhas/refeitórios das escolas, garantindo um maior controlo da qualidade, frescura adequação nutricional e, simultaneamente articular fornecimentos com produtores locais, alavancando a economia local/regional;
- Afirmou que lhes parecia que a extensão da oferta generalizada de cadernos de exercícios ao 2.º Ciclo não era uma prioridade, tanto mais que muitos deles eram pouco utilizados, tendo um valor pedagógico questionável. Para além disso, exigia um forte investimento, de retorno diminuto, que poderia ser canalizado para apoios mais prementes, nomeadamente o fornecimento de *tablets* e de acesso à rede de Internet, bem como fornecimento de suplementos alimentares a alunos carenciados, para levar para casa;
- Terminou afirmando que uma oposição responsável, crítica e construtiva devia apresentar proposta, mas também reconhecer, quando era o caso, as medidas tomadas que iam num sentido positivo, queriam sinalizar como globalmente positivas as medidas tomadas na área social, em contexto de pandemia, nomeadamente as que tinham efeito directo na população escolar.

#### **Intervenção do deputado municipal Francisco Rodeiro (PSD):** [\(áudio 24:16 a 32:55 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Iniciou a sua intervenção prestando os seguintes esclarecimentos prévios: relativamente à ilegalidade ali referida aquando da apresentação à Mesa do requerimento sobre a estação, informou que havia uma norma do Regimento e da Lei que dizia que cabia à Mesa analisar e concluir da sua legalidade. Mais disse que o que PDS pedia, expressamente, naquele requerimento era que o assunto fosse discutido em Setembro; relativamente à alegação feita pelo Presidente da Câmara de Coimbra sobre uma sua, possível, ofensa informou que quem o conhecia, categoricamente, afirmaria que nunca tinha insultado fosse quem fosse,





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- porque, tanto o seu comportamento, como a sua atitude não era aquela, e quando se dirigia ao Presidente da Câmara Municipal, era sempre, não na qualidade de cidadão, que também o era, mas sempre na qualidade de Presidente da Câmara Municipal;
- Informou que o Dec. Lei nº 27/2020, de 17 de Junho, que introduzia alterações na orgânica das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, previa que o presidente daquele organismo periférico do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira, fosse nomeado por Resolução do Conselho de Ministros, após eleição por um colégio eleitoral composto pelos presidentes das câmaras municipais e das assembleias municipais, pelos vereadores e pelos deputados municipais, incluindo os presidentes das juntas de freguesia, que integravam os órgãos autárquicos da área geográfica da respectiva CCDR. Ao passo que, um dos vice-presidente era indicado pelos presidentes às câmaras e o outro pelo Governo. O presidente, por efeito da sua eleição indirecta, adquiriria uma legitimidade acrescida ao longo do seu mandato de 4 anos, mas não o colocava fora do controlo e da acção fiscalizadora do Governo que, mediante Resolução do Conselho de Ministros, e com os fundamentos enunciados no referido diploma, podia deliberar a cessação do mandato da equipa da cúpula da CCDR, incluindo, portanto, o presidente;
  - Mais informou que na aparência assistiam a uma contradição. Pois se o presidente e um dos vice-presidentes eram eleitos por um colégio eleitoral e pelos conjuntos dos presidentes de câmara, respectivamente, já para a sua destituição ou cessação do mandato o que relevava era a apreciação que o Governo fazia da conduta dos mesmos, sem qualquer intervenção dos órgãos autárquicos sobre os quais repousava a legitimidade do mandato. Seria, portanto, de bom senso que, em caso de violação grave ou reiterada dos deveres funcionais ou de incumprimento grosseiro dos objetivos propostos nos planos de actividade, os mencionados titulares dos cargos de direção das CCDR fossem objecto do escrutínio dos próprios órgãos que os tinham elegido, recaindo sobre aqueles o direito de apreciação da sua conduta e de destituição, para o caso que assim se justificasse. Um processo de destituição ou "impeachment" da responsabilidade e condução dos órgãos eleitores subtrairia os referidos responsáveis das CCDR ao arbítrio e discricionariedade governamental, facultando-lhes o dever de responderem, tão só, perante quem os tinha elegido;
  - afirmou que, no entendimento do PSD, o diploma era omissivo quanto a uma matéria importante, nomeadamente: se as câmaras, se as assembleias municipais tinham o poder de eleger o presidente da CCDR, não teriam do mesmo modo o direito de ouvir de viva voz os candidatos ao cargo sobre as suas intenções, os seus desígnios, o seu programa, na justa medida em que o pudessem ter? Em suma, as candidaturas teriam de passar previamente pelo crivo da audição parlamentar, em sede de assembleias municipais, à semelhança do que sucedia para a designação de alguns altos cargos públicos pela Assembleia da República;
  - Terminou dizendo que eram, porventura, razões mais que bastantes para que aquela Assembleia Municipal, na sua sessão de Setembro, se pronunciasse sobre a matéria, não obstante, com o resultado do pedido de apreciação parlamentar formulado BE e pelo PCP, o referido decreto-lei tivesse sofrido alterações, com os votos favoráveis do PSD e do PS.

### **Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):** [\(áudio 33:25 a 37:35 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Começou por informar que, numa Cidade com dois mil anos, o novo conjugava-se com o velho, necessariamente, porque os lugares eram sempre o pano de fundo das vidas. Uma coisa era certa: nas cidades da democracia, o debate era sempre a mola da decisão. Mesmo na discordância. O que definia os lugares era a função, que podia ser a da adaptação ao dia-a-dia ou a da renovação da memória;
- Disse que, para a CDU, mexer na Estação Velha significaria encontrar uma solução que fosse mais do que uma solução com horizonte curto. E uma tal decisão implicaria discussão. Desde logo, naquele órgão tão representativo do eleitorado, no tempo que era o deles, dos que ali estavam. Era de todos sabida a oposição ao processo inteiro que tinha levado à extinção do Ramal da Lousã, às tentações de alteração da natureza pública dos SMTUC, à criação da Metro Mondego, ao projectado encerramento da Estação de Coimbra-A;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Consideravam que era urgente repor os carris entre Coimbra-A e Serpins, reforçar os SMTUC, extinguir a Metro Mondego e devolver o seu património ao domínio público ferroviário e municipal. Manter a estação de Coimbra-A como recurso de revitalização de uma Baixa abandonada à especulação imobiliária e à miragem do turismo. A Estação de Coimbra-B era uma dessas peças essenciais a que deveriam juntar-se outras, no sentido de constituir um terminal multimodal que servisse os interesses do transporte colectivo de pessoas. Não era aquilo que o desenho que lhes tinha sido apresentado revelava. A razão pela qual deveriam discutir uma solução que fosse mais do que o palco de guerras de poder que eram vazias se não significassem a junção das tais peças;
- Informou que tinha sido recentemente anunciado o arranque de mais uma fase de intervenção na Via Central. Não entendiam, uma vez mais, qual a estratégia que era seguida na gestão daquele dossiê, porque só lhes interessava, ali, a revitalização da Baixa, a retoma da vida qual ela devesse ser nas cidades modernas, urbanisticamente equilibrada, com serviços de proximidade, lugar de morada de famílias, capaz da paz que era o principal motivo de atracção das pessoas. Se a Via Central se limitasse a ser um espaço de encurtamento de caminhos, era pouco. E era uma oportunidade perdida na reabilitação de um espaço a que até a memória iria ter de ser restituída;
- Terminou afirmando que a CDU estava firmemente empenhada em apoiar as medidas da tal construção da estação multimodal, que iria ser diferente daquilo que queriam que fosse; em valorizar lugares como o recém-inaugurado “*Centro de Arte Contemporânea*”, em participar nos trabalhos do “*Conselho Municipal de Cultura*”, dois importantes argumentos da candidatura de “*Coimbra a Capital Europeia da Cultura*”. Estavam empenhados em seguir o rio até à foz, lutando pela conclusão da obra hidroagrícola do Mondego. Estavam empenhados em fazer, no imediato, regressar os estudantes a Coimbra em condições de segurança sanitária, lutando por uma Universidade livre de critérios de gestão empresarial que eram bons para a produção de bens de consumo, mas eram mortais para os lugares de construção de conhecimento e reflexão; Coimbra moderna não era uma Coimbra de obras, sempre que aquilo significasse apenas a produção e acumulação de lucro; Coimbra moderna só podia ser uma Coimbra em que as obras servissem as pessoas, facilitassem as actividades, impulsionassem a cidadania, permitissem aquilo que a maioria almejava: viver bem sem atropelar ninguém.

### **Intervenção do deputado municipal Carlos Silva (SC):** [\(áudio 38:03 a 41:2 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se ao deputado municipal Ferreira da Silva informando-o que o que afirmava tinha de ter alguma base fiável, relativamente ao Hospital dos Covões. Aquilo que ali tinha sido afirmado pelo Presidente da Câmara, eram apenas palavras e palavras, levava-as o vento, passando de imediato a ler um parágrafo sobre o Hospital dos Covões “...a partir do dia 1 de Agosto termina a possibilidade de pernoita nos procedimentos evasivos realizados pela Cardiologia de Intervenção no Hospital dos Covões ...”, que iria reduzir a capacidade de actuação! Para onde? Aquilo era defender o Hospital do Covões? Defender o Hospital dos Covões, era no mínimo, quer mantê-lo, o ideal, era melhorar as suas condições, pois aquilo, era delapidá-lo, pedra a pedra do que havia de melhor no Hospital do Covões;
- Relativamente à maternidade, questão que já tinha colocado anteriormente e que não lhe tinha sido respondida, questionou como era que em Lisboa iam ser construídos 3 novos hospitais, levando-o a perguntar o que se passava em Coimbra? Porque não havia 180 milhões de euros para construir uma nova Maternidade em Coimbra? Era assim tao difícil? Não tinha até então ouvido nenhum comentário nem do Presidente da Câmara, nem de ninguém, uma vez, que as existentes se encontravam obsoletas
- Terminou pedindo que este seu pedido de esclarecimento fosse dado.

### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):** [\(áudio 41:36 a 50:15 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Começou por informar que à oposição, ao PSD e ao Somos Coimbra, e que se lhe referia, porque estavam representados no Executivo Municipal, que “*Amassem Coimbra*”. Não procurassem fazer-lhe tanto mal. Ela não merecia aquele comportamento. Pediu que deixassem de olhar para o umbigo partidário, e olhassem para Coimbra. Não procurassem prejudicá-la! Aquela oposição que, ainda aquando do estado de emergência por causa da propagação do Covid-19, não tinha querido comparecer nas reuniões



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

camarárias presenciais e, assim, não trabalhar, com respeito pelas orientações da DGS, não queriam agora, a execução da nova estação ferroviária de Coimbra B e procuravam, agora, avocar o projecto, como se aquilo fosse possível;

- Dirigiu-se ao deputado municipal Francisco Rodeiro informando-o que a Mesa tinha estado atenta ao conteúdo do referido requerimento, não o aceitando. Não havia nenhuma ilegalidade regimental e para isso bastava ler o artigo 15º do Regimento. Com isso o que pretendia era uma coisa nunca vista em democracia. O PSD e Somos Coimbra, perdendo as eleições, pretendiam substituir-se a quem as tinha ganho, querendo que aquela Assembleia Municipal, como se tivesse poder para aquilo, se substituísse ao Executivo Municipal. Era naquilo que consistia a avocação para aquela Assembleia do projecto da Estação de Coimbra-B, pretendida pelo PSD. Conhecer sim, avocar nunca, mas a verdade, nua e crua, infelizmente era outra. O PSD e o Somos Coimbra não queriam que se valorizasse Coimbra, não queriam obra, não queriam que se trabalhasse. Punham em tudo "pau na roda", mas o PS não o ia permitir. O PSD e a sua extinta coligação do Somos Coimbra sabiam que o orçamento do Estado tinha reservado verbas, quer para o Metro Bus, quer para a requalificação da Estação de Coimbra-B. O PSD e a sua extinta coligação do Somos Coimbra, queriam atirar pela porta fora milhões de euros para financiar obras estruturantes para Coimbra para a tornar numa cidade moderna e competitiva. O PS estava ali para defender Coimbra dos ataques ao seu progresso, que o PSD e a sua extinta coligação do Somos Coimbra lhe procuravam fazer;
- Dirigindo-se de novo ao deputado municipal Francisco Rodeiro, informou-o que, no Túnel do Choupal, só não cabia a promessa que havia sido feita, havia 20 anos, pelo PSD e da então extinta coligação de colocar uma cobertura nas Ruas Ferreira Borges e Visconde da Luz;
- Terminou afirmando que o PS não podia deixar de fazer ali uma forte censura ao PSD e à sua extinta coligação do Somos Coimbra por tanto mal que queriam fazer a Coimbra, dando apenas alguns exemplos; PSD e a sua extinta coligação do Somos Coimbra. Não tinha feito o Metro Bus, não queria agora que o PS o pudesse fazer; O PSD que não tinha lançado nem tinha feito, a abertura da Via Central, a via estruturante que ligaria a frente do Rio Mondego, à Rua da Sofia, não queria que o PS o fosse fazer; O PSD que não tinha feito o alargamento do IP3, não queria agora que o PS o fosse fazer, em perfil de autoestrada e na sua maior extensão; O PSD que não tinha feito a estabilização nas Margens do Rio Mondego não tinha querido que o PS o tivesse feito; O PSD que não tinha procedido ao desassoreamento do Rio Mondego, não queria que o PS o efetuasse; O PSD que não tinha lançado qualquer debate ou estudo, conducentes à implantação na região, de uma infraestrutura aeroportuária, criticava e não queria que o PS o fizesse; O PSD que não tinha feito a requalificação da Estação de Coimbra-B, não queria agora que o PS o fizesse.

### **Intervenção do Presidente da Câmara:**

→ Informou que iria procurar esclarecer algumas das questões ali colocadas, nomeadamente:

- *Remoção do Amianto das Escolas Públicas* – estavam concursos abertos, havia duas adjudicações feitas, faltando apenas intervir na Escola Eugénio de Castro, da qual, o Ministério da Educação/Direcção Geral da Educação, não tinha nem projecto, nem levantamento. Aquelas operações estavam a decorrer com financiamento de 100%, em consonância com o Governo e a ANMP. Aquelas operações estavam a decorrer e seriam suportadas integralmente por Fundos Europeus. Naquele processo, não estava incluído o Liceu José Falcão. Também ali não havia projecto, nem levantamento, havia apenas uma informação muito frágil e não sustentável tecnicamente que informava que a sua requalificação teria um investimento superior a 20 milhões de euros;
- *Internet no concelho* – Informou que a Câmara Municipal, não tinha a tutela da Entidade Reguladora das Comunicações, não tinha aquelas funções, nem aquele poder, por isso, não o podia avocar. Era competência do Governo. Existiam zonas do concelho que não tinham cobertura suficiente para 4G de internet, como era o caso de Ceira. Mas a Câmara Municipal estava a acompanhar o processo; Quanto à distribuição dos tablets, informou que tinham acordado com o Governo aquela distribuição, mas tinham verificado que à altura havia dos quase 1000 crianças a maior parte não sabia abrir um



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

computador, nem tinham quem os ensinasse e não tinham acesso à internet; relativamente à distribuição de alimentação, informou que a Câmara Municipal tinha contratado empresas em regime de Takeaway para que as crianças com necessidades tivessem a suas refeições;

- *Penitenciária* – Disse que já tinha estado várias vezes a trabalhar para a realocação daquele estabelecimento, mas não tinha sido ele que tinha prometido que iria reinstalar o que quer que fosse no actual, antigo convento, hoje penitenciária. Quem tinha prometido tinha sido a Ministra ao tempo, Manuela Ferreira Leite, que tinha instado a Câmara Municipal para tentar encontrar uma solução alternativa para a construção de um equipamento daquela natureza de raiz. A Câmara Municipal tinha-se empenhado e tinha escolhido a Mata do Botão. Tinha promovido a devastação da Mata de S. Pedro, mas o Governo tinha “roído a corda” e, em articulação com a Câmara Municipal da altura, tinha escolhido um terreno, em Andorinha/Lamarosa. Não era de todo uma responsabilidade autárquica;
- *CCDR's* - Disse que, segundo tinha sido informado pelo Dr. Fernando Ruas, Presidente da Comissão do Poder Local e do Território, o mandato seria de 5 anos, o prazo estava a ser definido e seriam publicados em Diário da República;
- *Hospital dos Covões* – Informou que reportava para o que já tinha dito variadíssimas vezes, mas insistia, que sempre tinha assumido politicamente, que o Hospital dos Covões não podia fechar. Não eram a administração do Hospital dos Covões, nem era ARS, que, para efeitos das urgências, era a entidade que tinha aquela atribuição e competência. Entendia que era inaceitável o fecho do Hospital dos Covões, assim como se tinha manifestado, aquando do fecho dos CHC. Era um erro grave o seu encerramento, dando como exemplo, o trabalho exemplar prestado, aquando do início da pandemia, no mês de Março e quando alguns aventavam que em Coimbra se deveria montar um Hospital de Campanha ou, uma barraca, na Rua Larga, para ser vistosa na linha da Universidade. A Câmara Municipal disse não! O Hospital dos Covões tinha desenvolvido um trabalho notável, excepcional, tinha alcançado o êxito e a Câmara Municipal tinha acompanhado. Era uma infraestrutura exemplar e porque não aproveitar as instalações que estavam disponíveis com mais de 100 camas para lá instalar as maternidades? A questão das maternidades era a estratégica não só para Coimbra, mas para o todo nacional. Alguns alimentavam aquela questão para ver se definhavam as duas maternidades em Coimbra e ficarem só as maternidades de Lisboa e Porto. E a Escola Médica, ficava onde? E quem a defendia? Ele defendia! Dúvidas que não houvesse! As Maternidades seriam na Quinta dos Vales, respeitando as instituições e com o empenhamento de todos, alertando, no entanto, se não se resolvesse a questão das maternidades poder-se-ia perder também a Escola Médica;
- *Jardins do Mondego* – disse não ser empreiteiro, nem proprietário, nem vendedor de apartamentos, tinha sido muito criticado, mas finalmente aquela operação já tinha a adjudicação feita para acabar as obras, para finalmente desaparecerem aqueles aviários e aparecer ali uma edificação condigna para a cidade. Estava no bom caminho;
- Final da Taça de Portugal no Estádio Municipal de Coimbra – Seria realizada no dia seguinte à noite, sábado, com a presença do Presidente da República para a entrega da Taça.

### **2. Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do exercício de 2019 do Município de Coimbra, nos termos da alínea l), do nº 2 do artº 25º, Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro - votação;**

#### **Intervenção do Presidente da Câmara:**

→ Informou que, o Grupo Municipal de Coimbra, integrava a Câmara Municipal, os SMTUC, as Águas de Coimbra – Empresa Municipal, a PRODESO – Ensino Profissional, o ITAP, o IParque e a Associação Ruas;

→ Passou de imediato a descrever as principais conclusões da análise da situação económica e financeira do Grupo Municipal de Coimbra no exercício de 2019, em comparação ao período homólogo do ano anterior:

- Activo Líquido Consolidado = 791.781.992€ - acréscimo de: 2,2%;
- Passivo Consolidado = 244.654.163€ - redução de: 5,6%;
- Capitais Próprios Consolidados = 546.920.000€ - acréscimo de: 6,13%;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Proveitos Totais = 122.895.468,93€ - acréscimo de: 4,05%;
- Custos Totais = 114.089.209,27€ - decréscimo de: 1,48%;
- Resultado Líquido Positivo = 8.693.802€

Permitindo-se, assim, perceber como tinham sido aplicados os rendimentos do Grupo Municipal concluindo-se que nos gastos do exercício financeiro do ano económico de 2019, evidenciavam que, 54% dos gastos, tinham sido aplicados em funções sociais, aliás, seriam ainda, 68%, no caso de serem classificados tecnicamente, uma parte do apoio ao custo social dos transportes, mas as regras da contabilidade não o permitiam, portanto, consolidava-se em 54%; 25% em funções económicas e 16% em funções gerais. Em termos de tesouraria municipal do Grupo, tinha passado da disponibilidade de 56,4 milhões, em 2018, para 57,8 milhões€ no final do exercício de 2019;

→ Terminou concluindo que a evolução do Grupo Municipal entre 2018 e 2019 do ponto de vista económico e financeiro tinha sido muito positivo.

### **Intervenção do deputado municipal Júlio Gaudêncio (PSD):** (áudio 13:58 a 22:53 minutos – 3ª gravação)

→ Começou por informar que tinham sido convocados para naquela Assembleia Municipal apreciar, discutir e votar, os documentos de Prestação de Contas Consolidadas de 2019. Assim sendo, tinham a obrigação de criticar, valorar ou denunciar, a gestão do Executivo Municipal, pelo que entendiam ser importante para uma gestão eficiente dos recursos, que deviam ser administrados com rigor, para proporcionar aos cidadãos do Município melhores serviços e qualidade de vida. Aquele era o retorno que o Executivo tinha a obrigação de concretizar, como contrapartida dos impostos pagos com sacrifício, por vezes em excesso, ao longo de cada ano de governação do PS. Aquele excesso, era mais uma vez evidenciado nas receitas, particularmente em " *impostos e taxas*", que o Relatório de Gestão Consolidada de 2019 traduzia. Como era evidente no Relatório, do universo da Câmara Municipal, em 2019, as actividades continuavam a centrar-se fundamentalmente, na gestão corrente que tinha atingido um valor de 67 milhões. Já a despesa de investimentos de 15 milhões, ficava aquém do necessário, com um peso de 37% na despesa total. Nos últimos anos, o Investimento tinha atingido, em média, 18 milhões da despesa total, muito abaixo dos cerca de 30 milhões dos anos 2005 a 2013. Logo, por aquele caminho, continuavam a hipotecar o futuro de Coimbra, pois aquela quebra vinha contribuir fortemente para estagnação. Anotou que Coimbra era o Município, no conjunto, Distrital, que tinha o menor investimento por habitante, cerca de 153€ enquanto havia quem investisse mais do dobro, sendo a média de 236€. Aquela política de desinvestimento em Coimbra só se explicava por uma incapacidade na execução de projetos, em tempo adequado e numa preocupante falta de visão do PS e do PCP para a cidade, o seu Concelho e Região. Não havia razões financeiras para o exercício daquela política de retração e estagnação, pois os documentos mostravam que só o Município de Coimbra tinha tido um saldo de gerência de 31 milhões de euros. Aquela acumulação tinha-se processado, mais uma vez, ao longo dos anos e, mesmo assim, não havia o " *rasgo*" nem a visão estratégica para colocar aqueles meios financeiros ao serviço de Coimbra e dos seus cidadãos. E, tanto se podia ter realizado nas diversas áreas para melhorar a qualidade de vida das pessoas e garantir um futuro promissor para Coimbra, dando como exemplo: na reabilitação do Centro Histórico e na revitalização do comércio tradicional da baixa; na melhoria das infraestruturas culturais e desportivas; no espaço público, nas limpezas, nos cuidados de proteção ao combate a fenómenos naturais, particularmente às cheias e incêndios; No investimento, á dinamização e atração de investidores; nos apoios a famílias que passam por maiores dificuldades e a IPSS que têm um papel fundamental na ajuda a pessoas carenciadas; no cumprimento integral dos protocolos de obras com as Juntas de Freguesia. Tendo por consequência degradado as condições de vida e bem-estar, em todo o território do concelho e nas suas populações; nas obras estruturantes para o futuro de Coimbra e da sua Região, que continuavam a marcar passo e com custos enormes para os munícipes, ao não usufruírem dos seus serviços, como: nas áreas danificadas como Património da Humanidade, o " *Apeadeiro Velho*", o " *Canal do Metro Mondego*", a reposição do Ramal da Lousã/Coimbra, com ou sem Metro/Bus" que agora pretendiam recauchutar;

→ Relativamente à Certificação Legal das Contas Consolidadas, disse que era importante realçar as 4 reservas, ali plasmadas: Obras em curso de 35 milhões, com proveitos extraordinários e amortizações



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

subavaliados; Bens imóveis inventariados e outros em inventariação, não contabilizados; A interposta ação judicial das Águas do Centro Litoral à Águas de Coimbra, por divergência na metodologia do cálculo do serviço, reclamando os valores faturados; O Grupo municipal utilizava diferentes regimes de amortização e depreciação do imobilizado, não garantindo a homogeneização da prestação de contas. Havia ainda ênfases que eram importantes realçar: as faturas em recepção e conferência a 31/12/2019 no montante de 6 milhões de euros, dos quais tinham sido transferidos para c/c nos primeiros 4 meses de 2020, o montante de 2,1 milhões, mantendo-se em conferência, 3,9 milhões. Por outro lado, existiam terrenos, contabilizados na Águas de Coimbra, cuja escritura e registo predial não tinham sido realizadas, em anos anteriores, questionando se a situação estava resolvida;

- Terminou solicitando ao Presidente da Assembleia Municipal que solicitasse aos serviços e ao Presidente da Câmara informações complementares sobre as Reservas citadas e a ênfase para esclarecimento daquela Assembleia, uma vez que estavam envolvidos valores avultados.

### **Intervenção do deputado municipal José Mário (SC):** [\(áudio 23:50 a 29:10 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse estarem perante um Relatório de Contas que estava bem elaborado tecnicamente, por isso a sua primeira palavra ia para a sua elaboração. Em termos técnicos, que os ajudava a compreender de uma forma muito clara e com detalhe suficiente aquilo que, enquanto deputados, precisavam de apreciar, contudo, o que estava ali em causa não era o documento que estava tecnicamente bem elaborado, mas sim o que lhe estava subjacente e, aquilo que lhe estava subjacente era uma execução ao longo de 2019, que se pautava pelos parâmetros de 2017, 2018 e também pelos parâmetros de 2020;
- Perguntou quantos anos poderiam ficar surpresos pela forma como o Executivo Municipal aproveitava os proveitos da sua execução orçamental? Afirmou que, no primeiro ano, poderiam ficar surpresos. No segundo ano, E, no terceiro ano, começava a ficar um pouco complicado olhar e perceber a descida do elevador, porque o elevador só descia na escala de desenvolvimento de Coimbra, quando comparado com as outras regiões do país. O que os levava a ter uma atitude e um olhar nada simpático em relação aos documentos apresentados;
- Mais disse que o Presidente da Câmara tinha ali dito que a “*holding*” Câmara Municipal não incorporava nenhuma empresa de telecomunicações. Apelou para que se olhasse para o que se tinha passado em 2019 com os transportes;
- Tinham ressaltado suficientes vezes para a zona norte da cidade. Tinham percebido qual tinha sido o impacto dos SMTUC por não terem aproveitado aquela oportunidade para internalizar aquela área geográfica. Evidentemente que era aquele o ponto que lamentavam, porque não encontravam, positivamente, forma de olhar para aquele relatório;
- Terminou informando que o Executivo Camarário estava carente de elogios, carente de que pudessem apreciar as coisas que tinham sido feitas e era evidente que, de tantas coisas que tinham sido feitas, tinham encontrado aspectos positivos, só que o ponto não era aquele. O ponto era que precisavam que as coisas fossem bem feitas, mas de forma integrada. Precisavam de orientar aquilo que era feito para uma estratégia e uma visão para Coimbra. Era por aquela visão para Coimbra que precisavam de se focar.

### **Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (CpC):** [\(áudio 29:36 a 34:26 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Informou que a avaliação política da execução orçamental da Câmara Municipal já a tinham feito, aquando da votação da prestação de contas. Agora tratava-se da análise dos documentos da prestação de contas consolidadas do Município. Naquele âmbito tinham constatado, à semelhança do que se tinha verificado no ano transato, que se mantinham as reservas por parte do Revisor Oficial de Contas (ROC), nomeadamente à falta de harmonização dos regimes de amortização e depreciação de imobilizado, o que tornava inviável a homogeneização da prestação de contas;
- Mais disse que tinham registado como mais relevante a informação de que o Município registava em imobilizado em curso um total de 34 milhões de euros em obras. Em parte subsidiadas, indicavam já ter sido concluídas, o que, como referia o ROC, teria consequências nas amortizações acumuladas em exercício e nos proveitos extraordinários que se encontravam subavaliados. Constataram ainda que as



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

dívidas a terceiros de curto prazo ascendiam a 15,2M€. A Câmara Municipal deveria fazer um esforço mais significativo no sentido de diminuir os prazos de pagamento aos fornecedores, o que, num contexto de crise económica, como o que estavam a atravessar, faria diferença na vida económica e financeira das empresas locais e no tecido económico regional;

- Relativamente aos SMTUC insistiam na necessidade de elaborar um plano de intervenção estratégica amplamente participado, que devia passar, entre outros aspetos, pela auscultação dos utentes atuais/potenciais/perdidos, identificação de fontes de insatisfação, estabelecimento de prioridades e identificação de oportunidades de melhoria dos serviços. A entrada em funcionamento do Metro Mondego era uma oportunidade para reestruturar as carreiras existentes, redefinindo horários, cadências e criando linhas que servissem todo o concelho, nomeadamente as freguesias que ainda não dispunham de serviços públicos de transporte dos SMTUC. Simultaneamente havia que criar medidas de desincentivo ao uso do automóvel, dificultando o estacionamento no miolo da cidade e criar incentivos ao uso do transporte público. Com os subsídios da Câmara, a exploração dos SMTUC, a atingirem os 7 M€ a situação tornava-se bastante pesada e exigia medidas mais enérgicas e proactivas;
- Quanto ao IParque, onde o município detinha uma participação de 92,65%, a informação prestada era reduzida a dois parágrafos que ilustravam bem o insucesso daquele projeto: no presente ano graças, em parte, à venda de dois lotes à Olympus (556.930,00€), tinha obtido um resultado líquido de 1,3M€, mas com uma transferência de 1M€ por parte do Município a fim de cobrir os prejuízos dos anos de 2017 e 2018. O IParque era um projeto que tinha nascido e crescido torto, sem uma estratégia clara e definida, sem liderança capaz. E, por isso, tinha falhado clamorosamente. Transformando-se num mero espaço de instalação de empresas de forma mais ou menos aleatória, quando deveria ter uma visão estratégica de criação de um Parque Tecnológico que privilegiasse dinâmicas empresariais de interação, diálogo e colaboração, potenciando sinergias inovadoras e criativas diferenciadoras e de valor acrescentado;
- Concluiu afirmando que tendo em linha de conta que o Relatório de Gestão Consolidado teria sido elaborado de acordo com a legislação em vigor e que naquela matéria o revisor de contas, para além das reservas colocadas, não tinha encontrado incorreções materiais nas demonstrações financeiras auditadas, o sentido de voto do CpC seria de abstenção.

### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):** [\(áudio 34:55 a 39:59 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Saudou a oposição representada no Executivo Camarário, considerada no seu conjunto, pelo facto de ter verificado e de não ter encontrado os documentos de Prestações de Contas Consolidadas do exercício do ano de 2019, algo de reprovável ou menos certo e que por aquele facto não tinha votado contra, o que só lhe ficava bem e assim deveria ter sido sempre;
- Dirigiu-se ao deputado municipal Júlio Gaudêncio informando-o que os documentos da Prestações de Contas Consolidadas não tinham merecido qualquer voto contra. Informou ainda que o Presidente da Câmara tinha feito uma síntese à situação económica e, por aquele facto, não iria ali explanar mais nada apenas iria realçar a referência que ali tinha feito ao acréscimo do “Activo Líquido”, ao decréscimo do “Passivo” e, o acréscimo dos “Capitais Próprios” porque, 54% dos custos tinham sido em despesas sociais, não contando com os transportes, porque se assim fosse, seriam de 68%;
- Continuando a dirigir-se ao deputado municipal Júlio Gaudêncio, recordou-lhe 4 pontos: ao contrário do seu Executivo e da coligação do PSD que quando tinha deixado a Câmara, as taxas dos impostos estavam nos valores máximos e, como sabia, presentemente estavam nos valores mínimos; quanto ao diferendo dos pagamentos de fornecimento de água às Águas do Centro Litoral e das Águas de Coimbra, o PSD e a sua coligação tinham contratualizado com as Águas do Mondego, e bem que, enquanto não fosse possível medir com exatidão os montantes de influentes a tratar, praticavam-se ao valores mínimos. Estavam fixados todos eles no contrato;
- Terminou afirmando que, relativamente aos SMTUC, lembrava-o que quando o seu Executivo tinha deixado a Câmara Municipal, os SMTUC estavam falidos e presentemente nada disso se verificava.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Deliberação nº 23/2020**

A Assembleia Municipal deliberou por *maioria*, com 23 votos a favor (PS), 15 votos contra (9 – PSD; 4 – SC; 2 – CDS) e 8 abstenções (6 – CDU; 2 – CpC) e, sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 13 de Julho, *aprovar*, os **Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do exercício de 2019 do Município de Coimbra**, nos termos da alínea l), do nº 2, do artº 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

**3. Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Coimbra, nos termos do nº 4, do Decreto-Lei nº 23/2019 de 30 de Janeiro – votação.**

### **Intervenção do Presidente da Câmara:**

→ Informou que o essencial era o que estava escrito no quadro legal aplicável, acrescentando apenas, que era muito importante, não apenas pela situação em que se vivia, mas também pelo contributo de respostas às necessidades que existiam ou pudessem vir a existir. Era intenção da Câmara Municipal instalar o “*Conselho Municipal de Saúde de Coimbra*” com máxima brevidade e que iria ter um contributo de grande importância da Universidade para uma estratégia multifocada na saúde.

### **Intervenção da deputada municipal Joana Félix (CDU):** (áudio 31:57 u 47:16 minutos – 4ª gravação)

- Começou por dizer que a transferência de competências no domínio da saúde e educação, vulgarmente designada por Era, na visão da CDU, uma medida que não promovia a coesão territorial e podia agravar ainda mais a assimetria na qualidade de oferta dos serviços públicos essenciais. No campo da saúde aqueles perigos assumiam particular gravidade, quando a municipalização representava uma hipótese de desarticulação de serviços e perda de capacidade de coordenação a nível nacional. Exemplo daquilo tinha acontecido em Itália e Espanha, no combate à pandemia Covid-19, com os trágicos e bem conhecidos resultados. Em Portugal, apesar dos recursos limitados, tinha sido precisamente a capacidade de decisão a nível central, não sujeita a vontades ou pequenos poderes locais, que tinha permitido uma resposta eficiente e de qualidade, evitando a perda de muitos milhares de portugueses;
- Informou que a municipalização comportava ainda um risco muito elevado de progressivo desinvestimento e degradação daqueles serviços essenciais, que noutros países tinha forçado os municípios a celebrar parcerias público privadas ou mesmo a entregar aos privados a gestão e posse daquelas estruturas, com prejuízo grave e irreversível para as populações;
- Mais disse que apesar daquela transferência estar materializada no Decreto-Lei nº 23/2019, nunca era demais recordar que aqueles processos nada tinham de inevitável. Exemplo recente disso era a questão do Hospital dos Covões, em que a mobilização das populações e profissionais tinha permitido travar e poderia permitir reverter o seu desmantelamento e destruição. No caso da municipalização da saúde não era diferente. Podiam e deviam opor-se a mais uma desresponsabilização do governo central e do Estado;
- Disse que se era claro que estruturas de poder municipal deviam ser consultadas para definir e avaliar as respostas de saúde locais, a verdade era que aquele conselho municipal podia facilmente configurar uma antecâmara do aparelho administrativo para futura gestão municipal dos serviços de saúde. Ainda para mais, quando o regimento agora proposto ultrapassava o carácter consultivo e envereda por questões ligadas à gestão e operacionalização dos serviços. Tão ou mais importante, era o facto de nenhum dos eleitos municipais ter sido mandatado pelas populações, aquando das últimas eleições, para desempenhar aquele tipo de tarefa de elevada especificidade. Acrescia, ainda, a necessidade de competência técnico-científica para o desempenho daquelas tarefas que ficava claramente comprometida;
- Terminou afirmando que pelos motivos atrás enunciados, a CDU votaria contra aquela proposta, por ser contra a municipalização da saúde e contra a consolidação dos pequenos poderes e caciquismos. Defendiam sim, uma gestão e administração central e regional da saúde.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Intervenção da deputada municipal Anabela Ramos PSD):** [\(áudio 48:12 a 49:24 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou que no passado mês de Abril de 2020, o PSD tinha exigido a criação de um Conselho Municipal da Saúde consignado na lei cujo diploma previa que, em cada município, fosse criado um Conselho Municipal de Saúde, o qual teria como competências: contribuir para a definição de uma política de saúde a nível municipal. Porém, tinham-se absterido, porque tinham colocado algumas questões, nomeadamente: Quem tinha convidado os membros que o integravam, ou seja, quem fazia parte daquele referido Conselho? Pretendiam saber se tinham sido ouvidas as autoridades locais ligadas à Saúde. Se tinham sido, quais;
- Afirmou que não querendo personalizar ninguém, parecia-lhes que a composição daquele Conselho, de importância indiscutível nos tempos actuais, ficaria muito aquém do desejado. Não podiam esquecer que se vivia numa época muito atípica e de enormes constrangimentos;
- Terminou informando que era sua convicção que os problemas ao nível da saúde eram cada vez mais pluridisciplinares e, conseqüentemente, técnica e cientificamente mais exigentes por forma a fazer face, com eficácia e eficiência, ao sistema de saúde.

### **Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC):** [\(áudio 48:12 a 51:32 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Disse ser claro que a lei impunha aquela composição e, por isso, não poderiam alterar nada, mas era evidente que, olhando para aquela composição se percebia que era um órgão administrativo em que da sua composição não fazia reflexo da comunidade científica, da comunidade dos cidadãos dos serviços de saúde, nem dos seus trabalhadores, por isso, não merecia o nome de Conselho Municipal de Saúde e por isso, não votariam contra, mas iriam abster-se.

### **Intervenção do deputado municipal Carlos Silva (SC):** [\(áudio 51:57 a 53:17 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou que não poderiam discutir aquela composição, porque era o que a lei impunha e impunha como Presidente, o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra. Mas podiam discordar da forma como estava feita. Estava feita de uma forma politizada e não de uma forma técnica, podendo correr o risco de haver uma influência, fundamentalmente, política e não técnica, que era aquilo que era preciso;
- Terminou afirmando que aquele Conselho Municipal de Saúde podia, devia convidar e consultar determinadas pessoas, mas era o próprio Conselho, que depois de reunido, que teria de escolher as pessoas consoante com os assuntos e não, como tinha sido feito, com a apresentação de uma lista, que tinha sido retirada, tendo o Executivo exercido um poder que não que não tinha o direito de exercer.

### **Intervenção do deputado municipal Hernâni Caniço (PS):** [\(áudio 55:23 da 4ª gravação a 04:36 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Começou por informar que o Executivo Municipal de Coimbra dava um passo em frente, constituindo e viabilizando o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, dando seguimento ao enquadramento legal devido à descentralização de competências, mas também com o vanguardismo e a capacidade de execução que se devia registar. O Regimento do Conselho Municipal de Saúde estava em consonância com a legislação e responsabilizava quer as instituições oficiais, quer a sociedade civil organizada, pela necessidade de resolverem em conjunto os problemas aos cidadãos, deixando de fazer da voz do silêncio o seu poder ou fazendo que o seu protesto fosse apenas simbólico;
- Disse que o programa "Valorizar Coimbra" do Executivo Municipal Socialista, com a criação do "Conselho Municipal de Saúde", tinha assim continuidade na saúde, contribuindo para o Plano Local de Saúde Municipal, após a definição da Estratégia Municipal de Saúde já em curso. Naquela Estratégia, seriam decerto identificadas as necessidades em saúde da população e, esperava-se, que a promoção da saúde deixasse de ser um parente pobre e ignorado das instituições centrais, e passasse a ser um domínio de quem sofria as consequências da inação centralista, e onde o Executivo Municipal tivesse acção pedagógica e contribuísse para a literacia em saúde e o cidadão se revisse no civismo e bem-estar comum;
- Mais disse que os problemas e os grandes desafios que se colocavam a Coimbra tinham, com o "Conselho Municipal de Saúde", uma oportunidade dourada, para nova avaliação técnica e política, por quem sabia



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

e por quem ocupava lugares de decisão, para prestação de contas pelos seus actos e omissões. Eram precisas e objectivas as prioridades para Coimbra, que múltiplos órgãos autárquicas, organismos de profissionais de saúde e utentes e a própria cidade identificavam, sobre as quais o “*Conselho Municipal de Saúde*” decerto se pronunciaria, com brevidade e rapidez, conhecimento e bom senso e em defesa da saúde e das populações: a reversão do desmantelamento do Hospital Central dos Covões; a instalação de nova Maternidade/Centro de Apoio Perinatal em Coimbra; fim da destruição, desvalorização e rebaixamento de Serviços de renome nacional e internacional como o Serviço de Urgência, o Serviço de Cardiologia, a UCIC, o Laboratório de Hemodinâmica e uma dezena de Serviços de Especialidades Hospitalares do Hospital dos Covões. E definitivamente, deveria perceber-se que, em saúde, os médicos e os outros profissionais de saúde eram quem mais percebia de saúde, e não podiam ser ignorados, vilipendiados e calcados, nem ser alvo de inveja ou vítimas de frustração. Naquele contexto citou um médico que dizia: “*Os doentes que entram pelo Serviço de Urgência do Hospital dos Covões e vão realizar intervenção coronária percutânea à Hemodinâmica regressam ao Serviço de Urgência para depois serem internados na UCIC do Polo HUC, porque o UCIC dos Covões está fechado, acompanhados de enfermeiro e médico do Serviço de Urgência do Hospital dos Covões*”. Consequência: todos os dias havia transportes de doentes dos Covões para a UCIC do HUC. E quanto a mortes? Não podiam responder;

→ Terminou felicitando o Executivo Municipal de Coimbra, e todas as forças políticas que defendiam a saúde da população, pela constituição e regulamentação do “*Conselho Municipal de Saúde de Coimbra*”, que representava uma nova esperança para Coimbra, para a CIM da Região de Coimbra e para a Região Centro.

### **Deliberação nº 24/2020**

A Assembleia Municipal deliberou por *maioria*, com 24 votos a favor, (23 – PS; 1 – PPM), 6 votos contra (CDU) e 17 abstenções (9 – PSD; 4 – SC; 2 – CDS; 2 CpC) e, sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 13 de Julho, *aprovar*, a **Composição e o Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Coimbra**, que concretiza a transferência de competências para as autarquias locais no domínio da saúde, nos termos do artº 9º do Decreto-Lei nº 23/2019 de 30 de Janeiro.

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

#### **4. Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia de Ceira e de Torres do Mondego e nas Uniãos de Freguesia de São Martinho de Árvore e Lamarosa bem como na de Taveiro, Ameal e Arzila - Ampliação de Cemitérios – votação.**

**Intervenção do deputado municipal Rui Soares (SC):** [\(áudio 08:10 a 10:43 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Parabenzou os seus colegas autarcas que finalmente tinha conseguido alargar os cemitérios porque era uma situação que já se arrastava havia muito tempo;
- Terminou afirmando que, uma vez que falta pouco mais de um ano para o final do mandato, gostaria de ver alguma atitude por parte do Executivo, em relação à zona norte.

**Intervenção do deputado municipal José Simão (PSD):** [\(áudio 11:12 a 12:06 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Informou que tinha votado contra, pedindo desculpa aos seus colegas presidentes de junta, porque o cemitério de Santa Clara continuava a aguardar obras desde o Furacão Leslie mesmo depois de ter mandado o relatório conforme pedido do Presidente da Câmara. Tinha obras para fazer, protocoladas pela Câmara Municipal, desde 2017/2018/2019/2020.

**Intervenção do deputado municipal Paulo Cardoso (PS):** [\(áudio 12:36 a 13:35 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Disse que era com regozijo que viam a aprovação daqueles quatro projectos, congratulando-se por finalmente aquele processo se encontrar resolvido uma vez que, era um processo que já tinha muito tempo.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC):** [\(áudio 13:53 a 14:37 minutos – 5ª gravação\)](#)

→ Informou que percebiam a importância e urgência daqueles alargamentos dos cemitérios e votariam a favor. No entanto, apesar de toda a delicadeza da questão, consideravam que era necessário começar a trabalhar na mudança de mentalidades e na adoção de outros processos de preservação da memória familiar que, com a mesma dignidade, não obrigassem a sucessivos alargamentos dos espaços de enterramento. A opção dos ossários podia bem oferecer a alternativa, com o devido trabalho de informação e sensibilização por parte das Juntas de Freguesia.

- 5. Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesia de Ceira - Ampliação do Cemitério de Ceira**, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.

#### **Deliberação nº 25/2020**

A Assembleia Municipal deliberou por *unanimidade*, e sob proposta da Câmara Municipal datada de 27 de Julho, *aprovar*, o **Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesia de Ceira - Ampliação do Cemitério de Ceira**, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

- 6. Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências da Câmara Municipal na União de Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila - Ampliação do Cemitério do Ameal**, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.

#### **Deliberação nº 26/2020**

A Assembleia Municipal deliberou por *unanimidade*, e sob proposta da Câmara Municipal datada de 27 de Julho, *aprovar*, o **Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências da Câmara Municipal na União de Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila - Ampliação do Cemitério do Ameal**, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

- 7. Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências da Câmara Municipal na União de Freguesias de São Martinho de Árvore e Lamarosa - Ampliação do Cemitério de São Martinho de Árvore**, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.

#### **Deliberação nº 27/2020**

A Assembleia Municipal deliberou por *unanimidade*, e sob proposta da Câmara Municipal datada de 27 de Julho, *aprovar*, o **Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências da Câmara Municipal na União de Freguesias de São Martinho de Árvore e Lamarosa - Ampliação do Cemitério de São Martinho de Árvore**, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

- 8. Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências da Câmara Municipal na Freguesias de Torres do Mondego - Ampliação do Cemitério de Torres do Mondego**, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.

#### **Deliberação nº 28/2020**

A Assembleia Municipal deliberou por *unanimidade*, e sob proposta da Câmara Municipal datada de 27 de Julho, *aprovar*, o **Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesias de Torres do Mondego - Ampliação do Cemitério de Torres do Mondego**, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

### **Intervenção do Presidente da Assembleia:**

→ Agradeceu à Vereadora da Cultura pelo modo como colocou à disposição aquele equipamento, assim como, ao Presidente da Câmara Municipal, parabenizou o empenho e colaboração de todos os trabalhadores do Convento São Francisco bem como, das trabalhadoras, Irene Lino e Anabela Manta.

Assinadas e aprovadas as deliberações por minuta e sendo vinte horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão.